**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL DE REABILITAÇÃO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS**

ALEXANDRE LUIZ FANTIN CARREIRA

**BULLYING EM PACIENTES COM FISSURA LABIOPALATINA: AVALIAÇÃO DA
OCORRÊNCIA, CONSEQUÊNCIAS E ASPECTOS LEGAIS RELACIONADOS**

**BAURU
2015**

ALEXANDRE LUIZ FANTIN CARREIRA

**BULLYING EM PACIENTES COM FISSURA LABIOPALATINA: AVALIAÇÃO DA
OCORRÊNCIA, CONSEQUÊNCIAS E ASPECTOS LEGAIS RELACIONADOS**

Tese apresentada ao Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor em Ciências da Reabilitação.

Área de concentração: Aspectos Psicossociais e Educacionais da Reabilitação.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Pereira Lauris
Co-Orientadora: Profa. Dra. Eliana Franco Neme

BAURU

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL DE REABILITAÇÃO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS

Rua Silvio Marchione, 3-20.
Caixa Postal: 1501
17012-900 Bauru/SP - Brasil
(14) 3235-8000

Prof. Dr. **Marco Antonio Zago** - Reitor da USP
Prof.^a Dr.^a Regina Célia Bortoleto Amantini - Superintendente HRAC/USP

Autorizo, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho.

Alexandre Luiz Fantin Carreira

Bauru, ____ de _____ de ____.

Carreira, Alexandre Luiz Fantin

C314b Bullying em pacientes com fissura labiopalatina:
avaliação da ocorrência, consequências e aspectos
legais relacionados / Alexandre Luiz Fantin Carreira.
Bauru, 2015.
95p.; il.; 30 cm.

Tese (Doutorado – Área de Concentração: Aspectos
Psicossociais e Educacionais da Reabilitação) – Hospital
de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais,
Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Pereira Lauris

1. Fenda labial. 2. Fissura palatina. 3. Bullying. 4.
Políticas públicas.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese apresentada e defendida por Alexandre Luiz Fantin Carreira e aprovada pela Comissão Julgadora em ____/____/____.

Prof.(a) Dr.(a)
Instituição

Prof.(a) Dr.(a)
Instituição

Prof. Dr. José Roberto Pereira Lauris - Orientador
Hospital de Reabilitação e Anomalias Craniofaciais - USP

Profa. Dra. Daniela Gamba Garib Carreira
Presidente da Comissão de Pós-Graduação do HRAC/USP

Data de depósito da dissertação junto à SPG ____/____/____.

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos e amados pais Hamilton e Ana Carolina, exemplo de vida e grandes responsáveis pela minha formação moral, educacional e profissional, sempre tão atentos e preocupados com nossa educação,

À minha eterna e amada esposa Daniela, pessoa de brilho inigualável, exemplo de competência e humildade, grande incentivadora e responsável pelo aprimoramento de meus estudos, pela paciência, carinho e amor com que cuida de nossa família,

Às minhas queridas e amadas filhas Helena e Laura, encantos de ternura e graça que equilibram meus sentimentos e me permitem conhecer e entender o significado de amor incondicional,

Às minhas queridas irmãs Ana Paula e Ana Cristina e ao meu cunhado, por todo o carinho e amizade demonstrados ao longo de todos esses anos,

dedico este trabalho

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido orientador, Professor Doutor José Roberto Pereira Lauris, pelas valiosas e profícuas orientações, conselhos e ensinamentos, sempre tão marcantes e pontuais, durante todos os passos na realização deste trabalho,

Expresso minha mais sincera gratidão e admiração.

À minha querida co-orientadora, Professora Doutora Elíana Franco Neme, pela contribuição, apoio e preciosos apontamentos jurídicos que muito colaboraram na elaboração desse trabalho,

Meus mais sinceros agradecimentos.

À minha querida Presidente da Comissão de Pós-Graduação do HRAC/USP, Dra. Daniela Garib Carreira, , pela seriedade, dedicação, competência e brilhantismo na condução e engrandecimento deste renomado programa de Pós-Graduação,

Minha mais profunda admiração e respeito.

A todos os Docentes do Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado, pelos profundos e valiosos conhecimentos que nos foram transmitidos ao longo desse período e pelo exemplo na devoção à docência e à pesquisa científica.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação: Zezé, Tatiana, Andréa, Rogério e Lucy por todo o auxílio, atenção e amizade que nos foi dedicado durante todo o curso.

Às queridas Dras. Arací Malagodi Almeida e Terumi Okada Ozawa por autorizarem que a realização da coleta dos dados ocorresse no Setor de Ortodontia do HRAC-USP.

As auxiliares do Setor de Ortodontia do HRAC-USP, em especial Denise, Rosângela, Leila e Suzana pela disponibilidade, prontidão e incondicional presteza durante o desenvolvimento da parte experimental desta pesquisa.

Aos funcionários da biblioteca do HRAC-USP, em especial a querida Ana A. Gomes Grigolli pelos profícuos e pontuais ensinamentos nas aulas de metodologia de pesquisa e pela valiosa contribuição de sua obra que nos foi apresentada.

A todos os funcionários da UEP, em especial a Rose Botelho pela colaboração e solicitude em todos os momentos que necessitei.

Aos alunos de especialização em Ortodontia do HRAC pelo apoio, colaboração, amizade e palavras de descontração durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos pacientes do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo e aos seus pais ou responsáveis, agradeço pela colaboração, participando na realização deste trabalho.

A todos os meus tios, tias, primos, primas, cunhados, sobrinhos e familiares de minha esposa que, de alguma forma, sempre me ajudaram com palavras positivas e de incentivo na realização deste trabalho.

Ao querido amigo e companheiro Luiz Nunes Pegoraro, pelo apoio, incentivo e colaboração jurídica nessa jornada.

Ao grande amigo Daniel Selmo pelo auxílio, presteza e competência na formatação e impressão deste trabalho.

À Superintendente do HRAC-USP, Dra. Regina Célia Bortoleto Amantini e ao Superintendente Substituto Dr. João Henrique Nogueira Pinto pelo apoio incondicional ao Programa de Pós-Graduação do HRAC-USP.

RESUMO

Carreira ALF. Bullying em pacientes com fissura labiopalatina: avaliação da ocorrência, consequências e aspectos legais relacionados [tese]. Bauru: Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, Universidade de São Paulo; 2015.

Objetivo: O objetivo deste trabalho consistiu em verificar a prevalência do bullying em pacientes com fissura labiopalatina e comparar com a prevalência dessa agressão em um grupo de indivíduos sem anomalias craniofaciais, bem como avaliar as consequências do bullying no processo de formação educacional e desenvolvimento social e, ainda, avaliar a necessidade de intervenção do Estado por meio de políticas públicas ou leis específicas visando a prevenção e/ou repressão dessa conduta discriminatória. **Material e Métodos:** A amostra consistiu de 200 (duzentos) pais, mães ou responsáveis de filhos com fissura labiopalatina em tratamento no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, Universidade de São Paulo e que também tinham filhos sem fissura labiopalatina, bem como do próprio paciente, quando maior de 18 (dezoito) anos de idade. Os pais, o responsável e o próprio paciente maior de idade responderam a um questionário dotado de questões objetivas e discursivas acerca dessa problemática. O questionário foi dividido em duas partes, sendo uma a respeito do filho com fissura labiopalatina e a outra sobre o filho sem fissura. A comparação intergrupos da frequência de bullying foi realizada utilizando-se os testes do qui-quadrado e o teste de McNemar, com nível de significância de 5% ($p < 0,05$). **Resultado:** A frequência de bullying reportada para os indivíduos com fissuras (51%) foi significativamente maior do que a relatada para os filhos sem fissuras (19,5%), identificando a ocorrência de consequências negativas e a reiteração desse comportamento agressivo, bem como identificou-se a necessidade de o Estado intervir prevenindo ou reprimindo a prática do bullying, com políticas públicas e, de forma secundária, editando leis punitivas. **Conclusão:** Os pacientes com fissura labiopalatina estão sujeitos a uma maior frequência da ocorrência do bullying, sofrendo consequências negativas na formação educacional e no desenvolvimento social. A adoção de políticas públicas, com programas antibullying, foi identificada como forma mais adequada de o Estado intervir na prevenção ou repressão do bullying, preservando a dignidade da pessoa humana.

Descritores: 1. Fenda labial. 2. Fissura palatina. 3. Bullying. 4. Políticas públicas.

ABSTRACT

Carreira ALF. Bullying in patients with cleft lip and palate: evaluation of occurrence, consequences and legal aspects [thesis]. Bauru: Hospital for Rehabilitation of Craniofacial Anomalies, University of São Paulo, 2015.

Purpose: The aim of this study was to determine the frequency of occurrence of bullying in patients with cleft palate and compare the frequency of this aggression in a group of individuals without craniofacial anomalies, as well as evaluating the consequences of bullying in the process of educational and social development, in order to check the strength of that lien in people with cleft. Also consisted of assess the need for state intervention through public policies or specific laws for prevention or repression this discriminatory conduct. **Methodology:** The sample consisted of 200 (two hundred) fathers, mothers or tutors with child in treatment at the Hospital for Rehabilitation of Craniofacial Anomalies, University of São Paulo and have at least two (02) children aged from six (06) years old, where one of the children have cleft lip and not the other. The parent, the tutor or the own patient when have age 18 years old, completed a questionnaire endowed with objective and discursive questions about this issue. The questionnaire was divided into two parts, one about the individuals with cleft lip and palate and another individuals without this craniofacial anomaly. We included parents of adolescent patients with pre-foramen fissures, post-foramen and incisive transforamen, unilateral and bilateral. For comparison between two groups of teenagers, we used the chi-square and McNemar test, with significance level of 5% ($p < 0.05$). **Results:** The frequency of bullying reported for individuals with clefts (51%) was significantly higher than that reported for children without clefts (19.5%), identifying the occurrence of adverse effects and repetition of this aggressive behavior as well as the need to the state intervene preventing or repressing, as primarily public policies and also, secondarily, editing punitive laws. **Conclusion:** Patients with cleft lip and palate are subject to a higher frequency of bullying occurrence, suffering negative consequences on educational and social development. The adoption of public policies with anti-bullying programs, was identified as the most appropriate way for the state to intervene in the prevention or suppression of bullying, preserving the dignity of the human person.

Key-words: 1. Cleft lip. 2. Cleft palate. 3. Bullying. 4. Public policies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA	09
1.1	DO BULLYING	12
1.1.1	Considerações iniciais sobre o bullying	12
1.1.2	Conceito de bullying	13
1.1.3	Noções gerais sobre os gravames do bullying	15
1.2	DAS FISSURAS LABIOPALATINAS	18
1.2.1	Considerações gerais e classificação das fissuras labiopalatinas	18
1.2.2	As fissuras e o bullying	19
1.3	DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	20
1.3.1	Considerações iniciais	20
1.3.2	Conceito de princípio	23
1.3.3	Considerações sobre princípios constitucionais	25
1.3.4	Classificação dos princípios constitucionais	28
1.4	DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	30
1.4.1	Apontamentos iniciais	30
1.4.2	Breve esboço histórico	30
1.4.3	A dimensão do princípio da dignidade da pessoa humana	32
1.5	DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	34
1.5.1	Considerações iniciais	34
1.5.2	Conceito de ações afirmativas	35
1.5.3	Ações afirmativas como meio de combate ao bullying	35
2	OBJETIVOS	39
2.1	OBJETIVO GERAL	41
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	41
3	MATERIAL E MÉTODOS	43
3.1	MATERIAL	45
3.2	MÉTODOS	46
4	RESULTADOS	51
5	DISCUSSÃO	59
6	CONCLUSÃO	75
	REFERÊNCIAS	79
	ANEXOS	89

1 INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

1 INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

Pessoas com fissura labiopalatina apresentam uma malformação congênita que, dependendo do tipo de fissura, dá ensejo a consequências de ordem estética e/ou funcional, podendo causar entraves ao processo de formação educacional e ao pleno desenvolvimento e respectiva integração no seio social.

Essas malformações podem ser reabilitadas ao longo do tempo, mediante procedimentos cirúrgicos, sendo que a finalização da etapa do processo de reabilitação, dependendo do tipo de fissura, coincide com a fase em que a pessoa já se encontra aproximadamente com 18 anos de idade (Silva Filho 2007).

É inegável que no decorrer do processo de reabilitação, que culmina na fase adulta, a pessoa com fissura labiopalatina caracteriza-se como uma vítima em potencial quanto à prática do bullying, podendo sofrer discriminação e agressões verbais e/ou físicas, notadamente por conta dos transtornos de caráter estético e funcional, relacionados à face e à articulação da voz, respectivamente.

Nesse período de reabilitação é importante destacar que a fase relacionada ao processo de formação e de desenvolvimento pessoal e social normalmente se verifica em um ambiente escolar, local em que há um contato estreito e contínuo com outros indivíduos que podem não possuir essa mesma anomalia, dando ensejo a uma possível marginalização da pessoa com fissura, ante a probabilidade da prática de condutas ofensivas, que se traduzem no bullying.

Outrossim, não se nega que o bullying é praticado em face de outras pessoas, que não só aquelas com fissura labiopalatina. Todavia, considerando que a prática do bullying constitui um gravame a mais no processo de formação e de desenvolvimento pessoal e social das pessoas com essa anomalia congênita, há de se ter em conta a intensidade das consequências de caráter negativo, em comparação com as pessoas que não possuem essa anomalia.

Nesse contexto, percebe-se que a pessoa com fissura labiopalatina está sujeita a uma possível segregação no processo de formação educacional e desenvolvimento social, de maneira que esse tema merece uma maior atenção do

Estado, visando a implementação de medidas preventivas e repressivas quanto ao bullying, notadamente pelo fato de que todas as pessoas têm direito a uma vida digna, com tratamento igualitário e sem preconceitos ou discriminações de qualquer espécie.

1.1 DO BULLYING

1.1.1 Considerações iniciais sobre o bullying

O bullying é um problema de saúde mundial (Craig et al 2009), tratando-se de um termo de origem inglesa, decorrente da palavra valentão e que significa ameaçar, intimidar (Nansel et al 2001). Atualmente essa terminologia está sendo empregada para caracterizar episódios que retratam desequilíbrio de poder, em razão de repetidas agressões intencionalmente praticadas por uma pessoa ou um grupo de pessoas mais fortes em face de outra mais fraca ou vulnerável (Nansel et al 2001). Outrossim, esse desequilíbrio de poder pode ser de ordem física ou psicológica, dependendo da maneira como a conduta agressiva se desenvolve (Nansel et al 2001).

Os primeiros estudos sobre a prática do bullying tiveram origem nos países escandinavos, na década de 70, em razão da constatação de intenso e assombroso assédio que determinados alunos estavam sofrendo no âmbito escolar, gerando preocupação por parte da sociedade (Méo 2010).

De acordo com Calhau (2011), Dan Olweus, então professor da Universidade de Bergen, Noruega, foi o precursor no estudo desse fenômeno, através de pesquisas que tiveram como fim identificar as razões que estavam voltadas ao número de suicídios que estavam ocorrendo com crianças na Noruega na década de 70.

As pesquisas de Dan Olweus permitiram constatar que em um universo de cerca de 84 mil estudantes, 300 a 400 professores e por volta de 1000 pais, um em cada sete alunos estava envolvido em casos de bullying (Calhau 2011).

Tratando-se de um fenômeno que gera uma repulsa social, o bullying também é objeto de estudo no Brasil, mas em período mais recente, a partir dos anos 90 (Lopes Neto 2005).

Com isso, percebe-se que o bullying consiste em um termo que vem sendo empregado em larga escala para retratar as ofensas de caráter físico ou psicológico, que são praticadas de forma intencional e repetitiva por uma pessoa ou por um grupo de pessoas em relação a outra pessoa, dotada de alguma fragilidade ou hipossuficiência, que a coloca em situação de desvantagem em relação às demais.

1.1.2 Conceito de bullying

Ainda não existe uma definição específica acerca do bullying, tratando-se de uma palavra que deriva da expressão inglesa *bully*, cuja tradução importa em ameaçar, amedrontar, assustar, oprimir, denotando que esse fenômeno está relacionado à pretensão de dominação de uma pessoa em relação a outra, que é mais fraca.

Sobre a compreensão do significado de bullying, o fato é que está relacionado à prática de comportamentos agressivos, que são realizados de forma intencional e repetitivos, desprovidos de algum tipo de motivação aparente e que normalmente são praticados por um ou mais estudantes e face de outro considerado mais frágil, causando-lhe sentimentos de dor, angustia e sofrimento (Lopes e Saavedra, 2003).

Seixas (2005) relata que os comportamentos do bullying podem ser divididos em: agressividade física (bater, empurrar, dar pontapés, etc.); comportamentos verbais (chamar por nomes ofensivos, etc.); comportamentos de manipulação social ou indiretos (excluir, ignorar, espalhar rumores, etc.); comportamentos de maus-tratos psicológicos (ameaças, gestos provocadores, expressões faciais ameaçadoras, etc.); e ataques à propriedade (furto, extorsão, destruição deliberada de materiais/objetos, etc.).

De acordo com essas modalidades de comportamento agressivo, o bullying pode ocorrer de forma direta ou indireta, sendo que a agressão direta inclui

agressões verbais ou físicas, enquanto a violência indireta está relacionada à exclusão social (Lopes Neto 2005).

Ainda quanto às maneiras de se praticar esse comportamento ofensivo, Silva (2010) destaca que o bullying pode ocorrer através das mais variadas formas, dentre as quais a verbal, insultando, ofendendo, xingando, fazendo gozações, colocando apelidos pejorativos; a física ou material, batendo, chutando, empurrando, beliscando, atirando objetos; a psicológica ou moral, irritando, humilhando, ridicularizando, excluindo, isolando, ignorando, discriminando, ameaçando, difamando, perseguindo; a sexual, assediando, violentando, insinuando; e a virtual, através do celular ou da internet.

Na medida em que esse comportamento consiste em uma forma de se praticar violência física ou verbal ou mesmo ambas, gerando consequências negativas e que provocam uma repulsa pela sociedade, pois dissemina o preconceito e a discriminação no seio social, necessário se faz uma abordagem quanto à concepção sobre esse tipo de conduta, a fim de que melhor se possa compreendê-lo.

Nessa linha, visando aclarar essa ideia, Silva (2010) define o bullying como “um conjunto de atitudes de violência física e/ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, praticado por um bully (agressor) contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de se defender”.

Trilhando esse mesmo raciocínio, Fante (2005) considera que o bullying pode ser compreendido como “[...] um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento”.

Outrossim, embora a maioria dos estudos sobre esse comportamento tenha como base os bancos escolares, é fato que como se trata de uma forma de agressão que é praticada em face de pessoas mais frágeis ou dotadas de algum tipo de anomalia que as diferencia dos padrões socialmente aceitos como normais, de maneira que o bullying também pode ocorrer em outros locais e também em relação a qualquer pessoa, não se limitando aos bancos escolares.

Ao propósito Lopes Neto (2005) faz menção ao fato de que sua ocorrência normalmente incide sobre aqueles que se enquadram como pouco sociáveis, inseguros ou com baixa autoestima, os quais se encaixam no perfil de pessoas dotadas de alguma fragilidade ou hipossuficiência.

Essa assertiva permite uma inferência no sentido de que uma das situações que pode provocar a prática dessa conduta repulsiva está centrada justamente no fato de algumas pessoas serem dotadas de certa anomalia, que as torna mais inseguras ou fragilizadas.

Sob esse enfoque, constata-se que o bullying está associado a uma forma de se exercer um tipo de poder, onde o autor da agressão se impõe perante outra pessoa considerada hipossuficiente, em razão de aspectos que caracterizem algum tipo de fragilidade da vítima, que pode ser de cunho social, cultural, étnico ou mesmo em face de alguém com algum tipo de anomalia, como no caso das pessoas com fissura labiopalatina.

1.1.3 Apontamentos gerais sobre os gravames do bullying

Quanto às consequências decorrentes da prática do bullying, Silva (2010) relata que os problemas mais comuns são os sintomas psicossomáticos, transtorno do pânico, fobia escolar, fobia social (transtorno de ansiedade social – TAS), transtorno de ansiedade generalizada (TAG), depressão, anorexia, bulimia, transtorno obsessivo compulsivo (TOC) e transtorno do estresse pós-traumático (TEPT).

De uma forma mais específica acerca das variadas consequências do bullying, Fante e Pedra (2008) especificam que: “[...] o estresse é responsável por cerca de 80% das doenças da atualidade, pelo rebaixamento da resistência imunológica e sintomas psicossomáticos diversificados, principalmente próximos ao horário de ir à escola (especialmente no caso de crianças menores), como dores de cabeça, tonturas, náuseas, ânsia e vômito, dor no estômago, diarreia, enurese, sudorese, febre, taquicardia, tensão, dores musculares, excesso de sono ou insônia, pesadelos, perda ou aumento do apetite, dores generalizadas, dentre outras. Podem surgir doenças de causas psicossomáticas, como gastrite, úlcera, colite, bulimia,

anorexia, herpes, rinite, alergias, problemas respiratórios, obesidade e comprometimento de órgãos e sistemas”.

Como se observa, essa prática ofensiva pode acarretar severos danos ao desenvolvimento social e pessoal das vítimas, na medida em que essas agressões podem atingir a integridade física e notadamente a psíquica, dando ensejo à ocorrência de obstáculos que poderão causar entraves à integração e ao convívio saudável com as demais pessoas.

Sob essa ótica, quando a violência repetitiva é de natureza física, por óbvio que a vítima dessa agressão irá se afastar do grupo social, desenvolvendo traumas e medos que por certo gerarão bloqueios e aversão à tentativa de se relacionar com outras pessoas.

Nessa mesma linha, mas tratando-se da violência de ordem psíquica, a gravidade das consequências poderá ser mais acentuada, na medida em que essa agressão pode afetar a própria autoestima da vítima, podendo provocar depressão e isolamento social, com repercussão negativa em futuros relacionamentos sociais ou pessoais.

Essas primeiras linhas abordando as consequências de natureza funesta sobre a prática do bullying estão relacionadas às situações que envolvem pessoas com alguma fragilidade frente a outras, mas que não é dotada, especificamente, de algum tipo de deficiência física, como aquelas que possuem fissura labiopalatina.

Dessa medida, considerando que a prática do bullying, por si só, provoca consequências negativas ao desenvolvimento de uma pessoa sem deficiência física aparente, quanto mais quando praticada em face daquele que já possui uma anomalia craniofacial que o diferencia dos demais, como uma pessoa com fissura labiopalatina, cujas consequências poderão ser mais graves.

Conforme informativo do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (Pacientes 2010), as pessoas com fissura labiopalatina estão sujeitas a essa conduta ofensiva, que causa sofrimento, intimidação, exclusão e até o abandono dos estudos em casos mais graves.

Nessa medida, percebe-se que as dificuldades relacionadas à fala e aparência facial diferente pode ser motivo de bullying em indivíduos com fissura labiopalatina (Chetpakdeechit et al 2009;. Tiemens et al 2013;. Hunt et al 2006).

Bem ao propósito, em recente revisão sistemática sobre a perspectiva de os jovens com fissura labiopalatina conviverem com essa condição diferenciada, concluiu-se que as famílias e os serviços devem conferir suporte aos pacientes em decorrência do bullying (Sharif et al 2013), sendo que um dos principais problemas relatados pelos indivíduos com fissura labiopalatina foi a experiência de ser rejeitado ou provocado pelos colegas, causando dificuldades em se socializar (Sharif et al 2013). Nessa mesma linha, Hunt et al (2006) concluiu que a prática do bullying constitui o mais importante fator de ansiedade, baixa auto-estima, depressão e problemas comportamentais em crianças ou jovens com fissura, sobrepondo-se à existência da própria fissura de lábio e/ou palato.

Com isso, constata-se que a prática do bullying constitui um problema de extrema gravidade em nossa sociedade, pois trata-se de um comportamento pernicioso que provoca ou mesmo intensifica uma situação de discriminação e exclusão social, notadamente em face de pessoas mais fragilizadas como aquelas que possuem fissura labiopalatina.

Sob esse enfoque, mostra-se importante uma investigação quanto à necessidade de o Estado intervir nessa seara prevenindo ou reprimindo essa violência por meio de políticas públicas e privadas ou pela edição de diplomas legislativos específicos sobre o tema, a fim de permitir a todas as pessoas um pleno desenvolvimento pessoal e educacional, bem como uma integração social, garantindo-se plenitude à ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que constitui um dos postulados mais importantes de nossa Constituição Federal.

1.2 DAS FISSURAS LABIOPALATINAS

1.2.1 Considerações gerais e classificação das fissuras

As fissuras labiopalatinas representam as malformações congênitas mais prevalentes no ser humano e são reconhecidas como um dos mais relevantes problemas de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde (Garib et al 2010), juntamente com a desnutrição e doenças infecciosas.

Essas malformações congênitas podem envolver os lábios, o rebordo alveolar e o palato, provocando uma fenda que divide o lábio ou o palato em duas ou três partes. As fissuras são determinadas no período embrionário da vida intrauterina, que corresponde aos três primeiros meses de gestação. A etiologia das fissuras é definida por múltiplos fatores incluindo a predisposição genética e fatores ambientais, tais como tabagismo, ingestão de bebidas alcoólicas, desnutrição e utilização de alguns medicamentos (Garib et al 2010).

Considerando as referidas áreas do corpo humano que podem ser atingidas por essas malformações, doutrinariamente as fissuras foram classificadas em quatro grupos, levando-se em conta o forame incisivo, que se apresenta como um vestígio pós-natal decorrente da junção do palato primário com o palato secundário.

Quanto à classificação doutrinária, o grupo I se refere à fissura pré-forame incisivo, atingindo a estrutura à frente do forame, sendo completa quando afetar o lábio e o rebordo alveolar, e incompleta quando somente o lábio for afetado, apresentando um impacto de caráter estético. Com relação ao grupo II, está relacionado à fissura transforame e tem implicação estética e funcional, pois afeta o lábio, o rebordo alveolar e o palato. Já o grupo III abrange a fissura pós-forame afetando somente o palato e será completa quando se estender da úvula até o forame incisivo e incompleta quando não atingir o forame incisivo, apresentando consequência de ordem funcional. Por fim, o grupo IV envolve as fissuras raras da face, acarretando implicações estéticas e funcionais (Silva Filho OG, Freitas JAS 2007).

Conforme se observa pelo teor da referida classificação, a pessoa com fissura labiopalatina apresenta uma anomalia de ordem estética, que também poderá ser de natureza funcional, quando a fissura atingir o palato, além do lábio e do rebordo alveolar. Em outras palavras, essa anomalia acarreta uma deformidade física na face da pessoa, dando ensejo à ocorrência de um impacto negativo quanto ao caráter estético, bem como pode ser de ordem funcional, quando atingir o palato e consequentemente afetar a fala, produzindo um som anasalado ou totalmente nasal.

1.2.2 As fissuras e o bullying

Em decorrência dessa anomalia craniofacial, há a possibilidade de a pessoa com fissura labiopalatina estar sujeita a entraves quanto à formação educacional e ao pleno desenvolvimento e respectiva integração no seio social, podendo figurar como vítima de comportamento agressivo e discriminatório.

É certo que essas malformações podem ser reabilitadas ao longo do tempo, mediante procedimentos cirúrgicos, odontológicos e fonoaudiológicos, sendo que a finalização da etapa do processo de reabilitação, dependendo do tipo de fissura, coincide com fase em que a pessoa já se encontra aproximadamente com 18 anos de idade (Silva Filho OG, Freitas JAS 2007).

Todavia, não se pode olvidar que no decorrer desse processo de reabilitação, a pessoa com fissura labiopalatina caracteriza-se como uma vítima em potencial quanto à prática do bullying, podendo sofrer discriminação e agressões verbais e/ou físicas, notadamente por conta dos transtornos de caráter estético e funcional, que estão relacionados à aparência da face e à articulação da voz, respectivamente.

Outrossim, a ocorrência dessa anomalia não constitui caso isolado, tanto assim que no mundo a cada 2 minutos e meio nasce uma criança com fissura (World Health Organization 2002) e no Brasil, registram-se 5.800 nascimentos por ano (World Health Organization 2002).

Considerando que há um elevado índice de ocorrência de pessoas com fissura labiopalatina, no que tange ao objeto do presente trabalho, essa situação é preocupante, pois além de essas pessoas já estarem sujeitas a um sofrimento decorrente da própria fissura que os estigmatiza como diferentes, também podem sofrer como vítimas do bullying.

Acerca da possibilidade de sofrer algum tipo de discriminação, Bachega (2002) observa que a pessoa com certo tipo de anomalia ou deficiência é considerada diferente ou inferior pela sociedade, de maneira que em razão dessa situação que refoge à normalidade, está sujeita à prática de conduta discriminatória e ao preconceito.

Com isso, na medida em que as pessoas com fissura labiopalatina possuem uma anomalia que as diferencia das demais, não se nega que podem estar sujeitas à prática do bullying.

Em razão dessa possibilidade de sofrer algum tipo de violência física, verbal ou discriminatória, o Estado pode intervir de forma preventiva ou repressiva combatendo esse comportamento agressivo por meio das ações afirmativas, que se apresentam como um instrumento à disposição do Poder Público para a defesa de pessoas socialmente excluídas ou discriminadas ou mesmo através da edição de diplomas legislativos que tenham como objeto a prevenção e a repressão ao bullying, assegurando a todas as pessoas e em especial àquelas que tenham algum tipo de anomalia a plenitude do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana,

1.3 DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

1.3.1 Considerações Iniciais Sobre Princípios

O estudo e a análise de uma de uma proposição jurídica, necessariamente, devem estar situados de acordo com os ditames e com as orientações de um ordenamento jurídico fundamental, mais precisamente com a Constituição de um Estado.

A Constituição, considerada Lei Fundamental de um Estado, consiste em um documento jurídico único composto por um conjunto de normas fundamentais que regem a organização desse mesmo Estado.

Nesse passo, importante destacar que essas normas de caráter fundamental, que traçam as diretrizes de um Estado, devem servir de norte para o intérprete e aplicador do Direito.

Ainda nessa linha há de se ressaltar que esse sistema jurídico organizado, devidamente composto por normas hierarquicamente superiores, também deve servir como fundamento de validade e de eficácia para todas as demais normas.

Com efeito, no plano da compatibilidade normativa, como bem se sabe, as normas juridicamente inferiores, necessariamente, tem que buscar seu fundamento de validade nas normas de gradação superior, sob pena de sucumbirem diante de um eventual conflito de proposições jurídicas, na medida em que as normas de maior gradação hierárquica prevalecem em relação às de menor gradação.

Nesse passo, bem se percebe que as disposições de natureza infraconstitucional, diante desse contexto hierárquico, devem guardar a devida compatibilidade vertical com as normas supremas, sob pena de serem taxadas de inconstitucionais.

Em decorrência da natureza fundamental que se atribui ao ordenamento jurídico constitucional, verifica-se que se trata de um conjunto de normas supremas dotadas de uma qualificação superior e que, pelo fato de se situar no ápice da pirâmide jurídica, deve ser incondicionalmente considerado pelos intérpretes e aplicadores do Direito.

A propósito, no escólio de Carraza (2001): “[...] a Constituição não é um mero repositório de recomendações, a serem ou não atendidas, mas um conjunto de normas supremas que devem ser incondicionalmente observadas, inclusive pelo legislador ordinário”.

Até o presente momento, somente se referiu às normas jurídicas como um todo, apenas fazendo-se menção às normas constitucionais e infraconstitucionais, sem qualquer outra distinção. Entretanto, para o desenvolvimento do trabalho,

importante destacar que essas normas, que compõem o ordenamento jurídico, constituem o gênero do qual são espécies os princípios e as regras (Espíndola 2002).

Nesse ponto, deve-se mencionar, apenas como nota de registro, que há entendimento no sentido de que os princípios não podem ser considerados como meras espécies das normas. Isto porque os princípios, juntamente com as normas, fazem parte de todo o ordenamento jurídico, não se colocando além ou acima do Direito, também porque a Constituição é composta de normas dotadas do mesmo nível hierárquico, as quais apenas se diferenciam pelo fato de que umas são dotadas de maior carga de normatividade, enquanto outras de uma maior força valorativa (Bastos 1990).

Sem embargo quanto à colocação acima, bem como dando continuidade no tema proposto, ressalta-se que o nosso sistema jurídico está fundado em princípios e em regras, sendo que aqueles são dotados de um maior grau de generalidade e de abstração, enquanto estas possuem uma maior especificidade.

Hodiernamente não se nega que os princípios consubstanciam verdadeiras normas, e que também são dotados do *status* de normatividade.

Com efeito, há tempos que os princípios já não são mais considerados como meras exortações ou sugestões, sem a necessária efetividade que confere e permite a devida concreção do Direito que neles se encontra. Dessa maneira, percebe-se que a sua estrita observância se mostra imperativa para todos os operadores do Direito, na medida em que vão servir como diretriz na exata interpretação e aplicação das normas jurídicas.

Diante da extrema importância com que os princípios se apresentam para o ordenamento jurídico, via de consequência para o próprio enfrentamento da questão relacionada à aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana em favor das pessoas vítimas do bullying, necessário se faz uma breve abordagem acerca do que se deve compreender por princípios e, em especial, por princípios constitucionais, destacando-se uma breve análise quanto à classificação destes postulados.

1.3.2 Conceito de Princípio

Inicialmente, cumpre ressaltar que o termo princípio possui um sentido polissêmico, tratando-se, pois, de uma expressão dotada de vários significados. Diante desse quadro multifacetário, precisa-se destacar que ele pode ser aplicado em vários ramos do conhecimento, vale dizer das Ciências em geral, considerando-se o sentido que lhe é atribuído.

Com isso, constata-se que o termo em debate pode ser utilizado em diversos campos do saber humano, como na Filosofia, na Sociologia, na Política, na Física, no Direito, assim como em outras áreas.

Todavia, não obstante essa gama de atribuições e de aplicações que se pode conferir à expressão em voga, para o enfrentamento do presente trabalho, importa desvelar a acepção jurídica da palavra princípio.

Buscando-se o significado etimológico do termo princípio, do latim *principium*, *principii*, apura-se um sentido de começo, de início, de origem, de ponto de partida, que tem por objetivo conferir uma maior facilidade na compreensão ou na demonstração de alguma coisa, podendo mesmo ser considerado como a *pedra angular* de qualquer sistema (Carraza 2001).

Com apoio no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, podem ser extraídas as seguintes acepções acerca do termo princípio, no singular, e, com particular relevo, no plural (Ferreira 1986):

Princípio. [Do lat. *Principiu*.] S. m. 1. Momento ou local ou trecho em que algo tem origem [...]. 2. Causa primária. 3. Elemento predominante na Constituição de um corpo orgânico. 4. Preceito, regra, lei. 5. P. ext. Base; germe [...]. 6. Filos. Fonte ou causa de uma ação. 7. Filos. Proposição que se põe no início de uma dedução, e que não é deduzida de nenhuma outra dentro do sistema considerado, sendo admitida, provisoriamente, como inquestionável. [São princípios os axiomas, os postulados, os teoremas etc.]. Princípios. [...] 4. Filos. Proposições diretoras de uma ciência, às quais todo o desenvolvimento posterior dessa ciência deve estar subordinado.

Partindo-se para a seara do Direito, com o escopo de se obter uma conceituação mais precisa e específica quanto ao sentido da expressão princípio, mas ainda com apoio nos Dicionaristas, De Plácido e Silva (1999) apresenta as seguintes considerações:

Princípios. No sentido jurídico, notadamente no plural, quer significar as normas elementares ou os requisitos primordiais instituídos com base, como alicerce de alguma coisa. E, assim, 'princípios' revelam o conjunto de regras ou preceitos, que se fixaram para servir de norma a toda a espécie de ação jurídica, traçando, assim, a conduta a ser tida em qualquer operação jurídica [...]. Princípios jurídicos, sem dúvida, significam os pontos básicos, que servem de ponto de partida ou de elementos vitais do próprio Direito [...]. Compreendem, pois, os fundamentos da Ciência Jurídica, onde se firmaram as normas originárias ou as leis científicas do Direito, que traçam as noções em que se estrutura o próprio Direito. Assim, nem sempre os princípios se inscrevem nas leis. Mas, porque servem de base ao Direito, são tidos com preceitos fundamentais para a prática do Direito e proteção aos direitos.

Ainda quanto à análise acerca da expressão em estudo, se bem que bastante esclarecedoras as proposições expostas pelos dicionaristas, para fins de se obter uma adequada apreensão, afigura-se oportuno e extremamente salutar um enriquecimento com base nas considerações doutrinárias referidas ao termo princípio.

Nesse ponto, acerca do termo em questão, Bonavides (2000), citando Luiz Díez Picazo, nos ensina que a ideia basilar de princípio encontra-se assentada na linguagem da geometria, referindo-se às verdades primeiras, sendo justamente em decorrência dessa colocação que os princípios podem ser considerados como proposições que servem de fundamento para todo um sistema que se desenvolve *more geométrico*.

Em decorrência da importância que se deve atribuir à real significação do conceito de princípio, mister se faz trazer a lume a sempre lembrada lição de Mello (2001), para quem:

Princípio [...] é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a

lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a inteligência das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo.

Nesse breve esforço quanto à adequada significação jurídica que se deve conferir à expressão princípio, não menos importante se faz destacar que o seu conceito remonta aos idos de 1956, como bem se observa por meio de uma das primeiras sentenças da Corte Constitucional italiana, vazada nos seguintes termos (Bonavides 2000):

Faz-se mister que se devem considerar como princípios do ordenamento jurídico aquelas orientações e aquelas diretivas de caráter geral e fundamental que se possam deduzir da conexão sistemática, da coordenação e da íntima racionalidade das normas, que concorrem para formar assim, num dado momento histórico, o tecido do ordenamento jurídico.

Assim, com base nos ensinamentos trazidos pelos dicionaristas e pela doutrina, é fundamental compreender que os princípios importam em um verdadeiro conjunto de proposições normativas e elementares, constante de um sistema lógico e harmonioso, assim como ocupam posição de destaque nesse mesmo ordenamento.

Ainda, em razão das características de generalidade e abstração, próprias dos princípios, há de se destacar que os seus efeitos e irradiam por todo o ordenamento jurídico, vinculando a interpretação e a aplicação das demais normas.

Nessa toada, para que os objetivos do presente trabalho possam ser atingidos, imperiosa se faz uma devida compreensão acerca desse conjunto de mandamentos nucleares, levando-se em consideração a posição de supremacia e de destaque que esses postulados adquirem quando inferidos, seja de forma explícita, seja de forma implícita, do Texto Constitucional, dando-se ensejo aos denominados princípios constitucionais.

1.3.3 Considerações Sobre Princípios Constitucionais

Como se observou no transcorrer da exposição, os princípios são espécies de normas que se traduzem em enunciados fundamentais, servindo de alicerce para

todo o ordenamento jurídico, orientando e auxiliando o intérprete e aplicador do Direito.

Nessa linha, percebe-se que os princípios são mandamentos que se caracterizam pelo fato de apresentar uma certa preeminência nos quadrantes do Direito, dotados de funções próprias, entre elas, notadamente, a de servir como diretriz aos operadores do Direito.

O nosso ordenamento jurídico é composto de normas constitucionais e infraconstitucionais, sendo que aquelas se encontram dispostas no ápice da pirâmide jurídica, enquanto estas integram o restante do ordenamento jurídico, despidas do caráter de supremacia. Não obstante, ressalta-se que ambas guardam a devida importância dentro do seu contexto normativo (constitucional ou infraconstitucional), na medida em que podem servir de parâmetro para a formulação de postulados básicos.

Com efeito, os princípios consistem em juízos fundamentais extraídos das normas que compõem o sistema normativo. Assim, considerando-se o conteúdo, constitucional ou infraconstitucional, da norma que se apresenta como fonte para a formulação dos postulados básicos, os princípios se qualificam em constitucionais ou gerais.

Dessa forma, os princípios formulados com base nas normas gerais dão ensejo aos princípios gerais do Direito, enquanto as proposições fundadas nas idéias centrais do ordenamento jurídico constitucional revelam os princípios constitucionais.

Nesse diapasão, considerando-se que determinados postulados são extraídos diretamente do ordenamento constitucional, cujo sistema normativo congrega as normas fundamentais de um Estado, evidencia-se uma hierarquização quanto ao conteúdo desses mandamentos no mundo do Direito, até porque são dotados do *status* de princípios constitucionais.

Diante desse posicionamento hierarquicamente superior dos princípios constitucionais, constata-se que esses postulados possuem um âmbito maior de validade dentro do ordenamento jurídico.

Essa amplitude que se atribui aos princípios constitucionais permite ao intérprete e aplicador do Direito uma orientação quanto ao caminho a ser seguido na interpretação e aplicação de outras normas, inclusive as de cunho constitucional.

Nesse sentido, os ensinamentos de Araujo e Nunes (2003):

Os princípios, portanto, determinam a regra que deverá ser aplicada pelo intérprete, demonstrando um caminho a seguir. Podemos falar na existência de uma hierarquia interna valorativa dentro das normas constitucionais, ficando os princípios em um plano superior, exatamente pelo caráter de regra estrutural que apresentam.

Ainda quanto à caracterização dos princípios constitucionais como diretrizes supremas e dominantes, destinadas a influenciar e conduzir a interpretação de todo o sistema normativo, inclusive do próprio ordenamento jurídico constitucional, outro não é o entendimento perfilhado por Tavares (2002):

Os princípios constitucionais são normas presentes na Constituição que se aplicam às demais normas constitucionais. Isso porque são dotados de grande abstratividade, e têm por objetivo justamente imprimir determinado significado às demais normas [...], portanto, servem de vetores para a interpretação válida da Constituição.

Como bem se observa, os postulados constitucionais são considerados fontes basilares de toda a ordem jurídica, na medida em que desempenham um papel relevante e diferenciado, considerado mesmo como de grande valia para uma perfeita exegese e adequada aplicação de todos os atos normativos, sejam eles de natureza constitucional ou infraconstitucional.

São mandamentos que se apresentam no ordenamento jurídico como verdadeiras linhas diretivas que têm por escopo permitir uma perfeita compreensão acerca de um dado feixe de normas.

Portanto, os princípios constitucionais são aqueles que albergam valores fundamentais que informam todo um ordenamento jurídico, traduzindo-se em verdadeiros vetores que têm por escopo auxiliar o intérprete e aplicador do Direito a extrair dos atos normativos o seu real significado e alcance.

1.3.4 Classificação dos Princípios Constitucionais

Antes de adentrar ao tema em epígrafe, vale observar que a presente análise não tem por escopo debater as questões relacionadas à tipologia dos princípios constitucionais, mas tão somente trazer à baila a classificação apresentada por Canotilho (1993), que é adotada por diversos constitucionalistas brasileiros.

A abordagem quanto a essa classificação é importante para fins de verificação quanto ao enquadramento do princípio da dignidade da pessoa humana em nosso ordenamento jurídico constitucional, até porque o enfoque do presente trabalho também está centrado na análise da sua observância para garantir a todas as pessoas um tratamento digno e sem preconceitos ou discriminações de qualquer natureza, notadamente para aquelas que são vitimadas pela prática do bullying.

Conforme os ensinamentos de Canotilho (1993) os princípios constitucionais desdobram-se em quatro modalidades a seguir enunciadas:

Os princípios jurídicos fundamentais, considerados como aqueles postulados dotados de determinação histórica, os quais são paulatinamente introduzidos na consciência jurídica, e que encontram uma recepção expressa ou implícita no Texto Constitucional (Canotilho 1993).

Esses princípios jurídicos fundamentais traduzem-se em um importante fundamento para a interpretação, integração, conhecimento e aplicação do direito positivo. Podem ser citados como exemplos desses princípios o da publicidade dos atos jurídicos, o da imparcialidade da Administração e do livre acesso ao direito e aos Tribunais.

Na sequência, são enunciados os princípios políticos constitucionalmente conformadores, considerados como tais aqueles que explicitam as valorações políticas fundamentais do legislador constituinte, refletindo a ideologia inspiradora da Constituição e sendo reconhecidos como limites ao poder de revisão (Canotilho 1993).

É necessário destacar que é por meio desses princípios que a Constituição de um estado acaba por assumir as suas opções políticas mais importantes. Como exemplos dessa modalidade de princípio, citam-se os princípios que definem a forma de Estado e a forma de governo.

Em seguida, o autor apresenta os princípios constitucionais impositivos, que se caracterizam pelo fato de impor aos órgãos do Estado, especialmente ao legislador, a realização de fins e a execução de tarefas. São considerados postulados dinâmicos, prospectivamente orientados. Podem ser citados como exemplos os princípios da independência nacional e da correção das desigualdades (Canotilho 1993).

Por fim, são referidos os princípios-garantia, que são aqueles dotados de maior densidade normativa, tendo por objetivo o estabelecimento direto e imediato de garantias para os cidadãos. Nesse passo, percebe-se que o legislador, quando da edição de um diploma normativo, acaba por se encontrar diretamente vinculado aos termos desse princípio (Canotilho 1993).

Diante da classificação dos princípios constitucionais elaborada por Canotilho, constata-se que o princípio da dignidade da pessoa humana pode ser classificado como modalidade de princípio jurídico-fundamental e como princípio-garantia, na medida em que se trata de um postulado expresso e dotado de conteúdo histórico, bem como tem por objeto assegurar a observância direta e imediata de determinadas garantias para as pessoas.

Portanto, os princípios constitucionais são aqueles que albergam valores fundamentais que informam todo um ordenamento jurídico, traduzindo-se em verdadeiros vetores que tem por escopo auxiliar o intérprete e aplicador do Direito a extrair dos atos normativos o seu real significado e alcance, notadamente quanto ao tratamento que deve ser dispensado às pessoas, a fim de lhes assegurar o direito a uma vida digna sem preconceitos ou discriminação.

1.4 DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

1.4.1 Apontamentos iniciais

Como já destacado, a Constituição Federal é o texto fundamental de uma Nação, tratando-se da *lex superior* dotada de normas e princípios que constituem fundamento de validade para todas as demais normas do ordenamento jurídico.

Dentre os princípios que informam o ordenamento jurídico-constitucional, temos o princípio da dignidade da pessoa humana.

Esse postulado retrata uma das ideias centrais da ordem jurídica constitucional, desempenhando um papel de suma importância, na medida em que auxilia o intérprete e aplicador do Direito quanto à exata compreensão acerca do tratamento que merece ser dispensado à pessoa humana.

Nessa linha, constata-se que a dignidade da pessoa humana é um valor supremo, tanto assim que vem consagrada logo no artigo 1º inciso III da Constituição Federal, como um dos fundamentos de nosso Estado Democrático de Direito.

1.4.2 Breve esboço histórico

A consagração pela ordem constitucional pátria decorre dos ideais revolucionários lastreados na tríade liberdade, igualdade e fraternidade, da Revolução Francesa de 1789, que influenciaram várias Cartas Constitucionais (Menezes 2001).

Isso porque, em razão da Revolução Francesa, surgiu a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, datada de 26 de agosto de 1789, que textualmente faz menção à dignidade humana no seu artigo 6º, onde “A lei é a expressão de vontade geral; [...] Todos os cidadãos sendo iguais aos seus olhos, são igualmente admissíveis a *todas as dignidades*, lugares e empregos públicos, segundo as respectivas capacidades e sem outras distinções que não sejam as das suas virtudes e as dos seus talentos” (Declaração 1789) (g.n.).

Nessa linha, constata-se que o direito à dignidade e à igualdade somente passou a ganhar notoriedade com a Revolução Francesa, cujos ideais revolucionários primavam pela busca da supressão das desigualdades entre os indivíduos e as classes sociais (Comparato 2003).

Essa busca pela igualdade importa na concepção de que os homens são iguais em dignidade, de maneira que não se pode promover um tratamento discriminatório e arbitrário, sob pena de se subverter os ideais revolucionários que serviram de bandeira para a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Ainda nesse contexto de caráter histórico e ressaltando a natureza proeminente que foi conferida à dignidade da pessoa humana, importante destacar a sua inserção no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, [...] Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla [...]” (Declaração 1948).

Esse destaque quanto à dignidade da pessoa humana conferido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde o preâmbulo, demonstra a importância e o valor que foram atribuídos ao homem, como um ser que é dotado de direitos iguais e inalienáveis, considerando-se a sua condição de pessoa como requisito único e exclusivo para a titularidade de direitos (Piovesan 2004).

Nessa mesma linha e de acordo com os objetivos do presente trabalho, cabe fazer menção aos artigos 1º, 2º e 5º da Declaração, pois retratam de forma textual que todas as pessoas são iguais em dignidade; que toda pessoa tem capacidade para gozar direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem qualquer discriminação; e que ninguém será submetido a tratamento cruel, desumano ou degradante (Declaração 1948).

Assim, considerando-se a influência gerada pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o

devido destaque que esses diplomas normativos asseguraram à dignidade da pessoa humana, percebe-se a razão pela qual nosso legislador constituinte erigiu como verdadeiro fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana.

1.4.3 A dimensão do princípio da dignidade da pessoa humana

A inserção da dignidade humana logo no artigo 1º da Constituição Federal demonstra que esse fundamento desempenha um papel de suma importância na compreensão sobre o tratamento que deve ser dispensado ao ser humano, notadamente pela sua condição de pessoa, titular de direitos inalienáveis e indisponíveis, não podendo sofrer qualquer tipo de discriminação.

Outrossim, não se pode olvidar que a Constituição Federal congrega as normas supremas de uma nação, dispondo sobre direitos e garantias de natureza constitucional, cuja relevância e posição hierárquica devem ser objeto de respeito e observância por todas as pessoas, inclusive pelo Estado.

Acerca da compreensão que se deve ter sobre os comandos normativos emanados da Constituição Federal, Carraza (2001) assevera que: “[...] a Constituição não é um mero repositório de recomendações, a serem ou não atendidas, mas um conjunto de normas supremas que devem ser incondicionalmente observadas [...]”.

Nessa perspectiva, o reconhecimento e a efetiva consagração da dignidade da pessoa humana como norma de natureza suprema apresenta uma dimensão que impõe a todas as pessoas, inclusive e principalmente ao Estado, o dever de respeito e atenção ao ser humano, evitando qualquer tipo de conduta que atente aos seus direitos e garantias, mormente aqueles de caráter violento ou discriminatório.

Sobre o tema em pauta, digno de nota os ensinamentos de Sarlet (2008):

“[...] temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e

qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos”.

Ademais, a dimensão da dignidade da pessoa humana, para além de impor a sua observância e respeito pela coletividade e pelo próprio Estado, também impõe que o seu significado deve ser objeto de consideração, quando da interpretação e aplicação das demais normas insculpidas na ordem constitucional.

A propósito, Bulos (2000) nos aponta essa dimensão da dignidade da pessoa humana, lecionando que: “Sua observância é, pois, obrigatória para a interpretação de qualquer norma constitucional, devido à força centrípeta que possui, atraindo em torno de si o conteúdo de todos os direitos básicos e inalienáveis do homem”.

Ainda quanto à valoração que se deve atribuir à dignidade humana, Moraes (2005) afirma que: “[...] é uma valor espiritual e moral inerente a pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito pelas demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável [...]”.

Conforme assentado, a dignidade humana é dotada de uma carga de normatividade suprema, conferindo às pessoas uma plenitude de direitos e deveres fundamentais, que devem ser objeto de respeito e consideração pelo Estado e pela sociedade, preservando e protegendo-as contra a prática de qualquer tratamento desumano ou degradante (Sarlet 2008).

Diante desse quadro de proteção da dignidade da pessoa humana, aliada à concepção de tratamento estabelecida pela Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela Constituição da República Federativa do Brasil, pode-se inferir que a inserção desse fundamento no ordenamento jurídico constitucional pátrio retrata a preocupação do legislador constituinte na proteção incondicional de todas as pessoas em todas as suas formas de dignidade.

Nessa esteira, observando os mandamentos normativos, a fim de que as pessoas não sejam vítimas de comportamentos agressivos, discriminatórios ou de quaisquer outros que ofendam a sua dignidade, necessário se faz a atuação estatal na defesa e preservação desse valor supremo e inerente a todo ser humano.

Quanto à atuação estatal, Sarmento (2000) assevera que: “[...] o Estado tem não apenas o dever de se abster de praticar atos que atentem contra a dignidade humana, como também o de promover esta dignidade através de condutas ativas, garantindo o mínimo existencial para cada ser humano em seu território [...]”.

Dessa forma, em atenção às imposições constantes das Declarações de Direitos e da própria Lei Fundamental quanto à preservação e respeito da dignidade da pessoa humana, cabe ao Estado desempenhar o seu papel, prevenindo ou combatendo qualquer tipo de comportamento que atente aos direitos e garantias das pessoas, notadamente aqueles de caráter violento ou discriminatório, o que pode ser levado a efeito pelas ações afirmativas.

1.5 DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

1.5.1 Considerações iniciais

Historicamente, pode-se dizer que as ações afirmativas datam de meados do século XX, quando o então Presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, utilizou essa expressão em um texto oficial em 1961, propondo medidas cuja finalidade era acabar com práticas discriminatórias (Menezes 2001).

A prática do bullying constitui uma ação de caráter discriminatório, de maneira que as ações afirmativas podem se apresentar como uma das medidas de prevenção e combate a esse fenômeno prejudicial à sociedade.

Para uma melhor compreensão quanto à possibilidade de se utilizar as ações afirmativas como instrumento de prevenção e combate ao bullying, necessário se faz uma análise quanto à sua concepção e abrangência.

1.5.2 Conceito de ações afirmativas

Gomes (2001) define as ações afirmativas como medidas que “consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e *de compleição física*”. (g.n.).

Tratando-se da pessoa com fissura labiopalatina, não se nega que possui uma anomalia física, de natureza estética ou funcional, que constitui um traço marcante, podendo figurar como vítima de bullying e consequentemente sofrer os efeitos dessa conduta discriminatória.

Bem ao propósito, Calhau (2011) afirma que figuram como vítimas desse comportamento discriminatório “[...] pessoas que apresentam alguma diferença em relação aos demais colegas, como um traço físico marcante”.

Assim, com base nesses ensinamentos, percebe-se que as ações afirmativas se apresentam como um termo de amplo alcance, importando em uma gama de estratégias que podem ser levadas a efeito pelo poder público e também pela iniciativa privada, visando coibir a prática de comportamentos discriminatórios sob os mais diversos aspectos, incluindo aqueles relacionados a algum tipo de deficiência física, razão pela qual esse instituto se constitui um instrumento de grande valia para o Estado prevenir ou combater o bullying.

1.5.3 Ações afirmativas como meio de combate ao bullying

Considerando a concepção e a finalidade das ações afirmativas, constata-se que se apresentam como um instrumento de grande valia para prevenir e combater a prática do bullying contra as pessoas, incluindo aquelas dotadas de alguma anomalia, como as que possuem fissura labiopalatina, pois figuram como vítimas em potencial desse comportamento violento.

A Constituição Federal dispõe no Título I acerca dos Princípios Fundamentais, consistindo em um conjunto de dispositivos que tem por fim

apresentar as diretrizes políticas, sociais, administrativas e jurídicas da República Federativa do Brasil.

A dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos sem preconceitos ou discriminação de qualquer natureza estão catalogados como um desses princípios fundamentais, insculpidos no artigo 1º, inciso III e no artigo 3º, inciso IV, respectivamente (Brasil 1988).

Diante desse contexto, é inegável que a implementação de políticas públicas e privadas prevenindo ou combatendo o bullying concretiza esses postulados fundamentais, pois preserva a dignidade da pessoa humana e promove o bem de todos sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação, inclusive aquelas praticadas mediante violência.

Atendendo a esse comando constitucional, alguns entes da Federação editaram leis estabelecendo programas de combate à prática do bullying, como por exemplo, o Estado de Santa Catarina, que editou a lei nº 14.651/09; e o Estado do Rio Grande do Sul, que editou a lei nº 13.474/10.

Essas espécies legislativas definem o bullying, estabelecem as forma como esse comportamento agressivo pode ocorrer, bem como dispõem acerca de medidas antibullying.

Considerando a concepção de ações afirmativas como um termo de amplo alcance que tem como objeto a proteção de pessoas que se encontram em situação desfavorável, por conta de alguma fragilidade, algumas recomendações constantes das leis estaduais merecem destaque.

A lei de Santa Catarina dispõe no artigo 5º algumas medidas que constituem verdadeiras políticas de prevenção, dentre as quais: capacitar docentes e equipe pedagógica para implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema (II); esclarecer sobre aspectos éticos e legais que envolvem o bullying (IV); desenvolver campanhas educativas, informativas e de conscientização com a utilização de cartazes e de recursos de áudio e audiovisual (VII); integrar a comunidade, as organizações da sociedade e dos meios de comunicação nas ações multidisciplinares de combate ao bullying (IX); realizar debates e reflexões a respeito

do assunto, com ensinamentos que visem a convivência harmônica da escola (XI); estimular a amizade, a tolerância, o respeito às diferenças individuais, a solidariedade, a cooperação e o companheirismo no ambiente escolar; orientar pais e familiares sobre como proceder diante da prática de bullying (XIV). (Assembleia Legislativa de Santa Catarina 2009).

Com relação à lei do Rio Grande do Sul, o artigo 3º também elenca medidas preventivas, tais como: disseminar conhecimento sobre o fenômeno bullying nos meios de comunicação e nas instituições de que trata esta Lei, entre os responsáveis legais pelas crianças e adolescentes nelas matriculados (III); capacitar os docentes e as equipes pedagógicas para o diagnóstico do bullying e para o desenvolvimento de abordagens específicas de caráter preventivo (VI); orientar as vítimas de bullying e seus familiares, oferecendo-lhes os necessários apoios técnico e psicológico, de modo a garantir a recuperação da autoestima das vítimas e a minimização dos eventuais prejuízos em seu desenvolvimento escolar (VII); orientar os agressores e seus familiares, a partir de levantamentos específicos, caso a caso, sobre os valores, as condições e as experiências prévias, dentro e fora das instituições de que trata esta Lei, correlacionadas à prática do bullying, de modo a conscientizá-los a respeito das consequências de seus atos e a garantir o compromisso dos agressores com um convívio respeitoso e solidário com seus pares (VIII). (Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul 2010).

Essas posturas impostas pelas referidas leis estaduais revelam um pensamento uniforme no sentido de que o bullying está presente na sociedade e que se trata de um malefício que tem que ser combatido, pois viola um dos bens mais preciosos do ser humano que é a sua dignidade.

Trilhando esse mesmo posicionamento quanto à prevenção e combate ao bullying, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual, editou um documento denominado “Cartilha Justiça nas Escolas Bullying” (Conselho Nacional de Justiça 2010).

Referida cartilha, dentre outros pontos, conceitua bullying, apresenta as formas mais comuns de se praticar bullying, menciona os motivos que levam à prática desse comportamento, bem como aponta o papel da escola para evitar o bullying, a influência da sociedade atual nesse tipo de conduta e como os pais e professores podem ajudar as vítimas de bullying a superar o sofrimento decorrente dessa agressão (Conselho nacional de Justiça 2010).

Percebe-se que essa cartilha constitui um instrumento de política pública, uma vez que tem como objeto permitir uma concepção geral sobre o significado de bullying, as suas razões e maneiras de prevenir a sua ocorrência.

Outrossim, o Tribunal de Justiça de São Paulo aderiu ao mencionado Projeto Justiça na Escola lançado pelo Conselho Nacional de Justiça, destacando-se que: “O foco de atuação nas escolas é a prevenção e o tratamento do ‘bullying’ e de outros comportamentos que causam desarmonia no ambiente escolar” (Conselho Nacional de Justiça 2010).

Considerando que esse tema provocou a inserção do Conselho Nacional de Justiça no combate ao bullying e do próprio Poder Judiciário, verifica-se que esse fenômeno ganhou proporções que merecem uma atenção especial por parte do Estado, razão pela qual a utilização de políticas públicas constitui medida que já vem sendo utilizada por alguns entes da Federação.

Nesse sentido, essas medidas são verdadeiras ações afirmativas que deveriam ser divulgadas pelos meios de comunicação, assim como ocorre com a prevenção ao câncer de mama, a fim de que fossem disseminadas em todos os segmentos da sociedade, permitindo uma reflexão mais profunda sobre a gravidade do bullying e a necessidade de se estabelecer programas de prevenção e combate a esse comportamento para atender ao princípio da dignidade da pessoa humana, notadamente daqueles que já possuem algum tipo de deficiência que agrava a sua situação, como as pessoas com fissura labiopalatina.

2 OBJETIVOS

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo deste trabalho consistiu em verificar a frequência da ocorrência do bullying em pacientes com fissura labiopalatina, as consequências do bullying no processo de formação educacional e desenvolvimento social e, ainda, avaliar a necessidade de intervenção do Estado por meio de prática de políticas públicas ou pela edição de diplomas legais visando a prevenção ou o combate a desse comportamento agressivo.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Determinar a prevalência do bullying em pacientes com fissura labiopalatina.
 - Comparar a prevalência em pacientes com fissura labiopalatina com a prevalência em indivíduos sem fissura labiopalatina.
 - Identificar as consequências do bullying no processo de formação educacional e desenvolvimento social.
 - Identificar a maneira como o Estado poderia combater essa prática violenta.
-
-

3 MATERIAL E MÉTODOS

3 MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente o presente trabalho foi apresentado ao Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, Universidade de São Paulo, tendo sido objeto de análise e aprovação no dia 29 de novembro de 2011 (anexo 1).

3.1 MATERIAL

O tamanho da amostra foi calculado adotando-se nível de significância de 5%, poder de 80%, e tomado como referência a prevalência de bullying encontrada por Hunt et. al. (2006) que foi de 60%. Para ser capaz de detectar uma diferença mínima de 15 pontos percentuais entre os grupos o cálculo mostrou que são necessários 198 pares de irmãos.

A amostra consistiu de 200 (duzentos) pais ou responsáveis com filho com fissuras orofaciais em tratamento no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, Universidade de São Paulo, bem como do próprio paciente, quando maior de 18 (dezoito) anos.

Como critério de inclusão, adotou-se pais ou responsáveis que apresentavam um filho com fissura labiopalatina sem síndromes associadas e também pelo menos um filho sem fissura com idade superior a 6 (seis) anos, de ambos os gêneros e matriculados em escolas públicas ou privadas. Também foram incluídos na amostra os próprios pacientes, quando maiores de 18 (dezoito) anos e que tinham um irmão sem fissura labiopalatina. Foram incluídos os 3 (três) tipos de fissuras labiopalatinas, quais sejam, a fissura completa de lábio e palato, a fissura de lábio e/ou rebordo alveolar e a fissura isolada do palato.

Adotou-se como critério de exclusão pais, mães ou responsáveis e pacientes maiores de dezoito anos que não saibam ler ou escrever, que não tinham um irmão sem fissura e também figurou como critério de exclusão a situação em que os irmãos sem fissuras orofaciais moravam com outras famílias, sendo que nesse

último caso a exclusão decorreu da impossibilidade de se verificar a ocorrência do bullying em face desse irmão.

Quando os pais ou os responsáveis informavam que tinham mais de um filho sem fissura ou quando o próprio paciente maior de 18 (dezoito) anos relatava que tinha mais de um irmão sem essa anomalia craniofacial, adotava-se como critério de inclusão para figurar no grupo sem fissura o filho com idade mais próxima à faixa etária do filho com fissura.

Utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 2), por meio do qual os pais, os responsáveis ou o próprio paciente maior de 18 (dezoito) anos de idade concordavam em participar da pesquisa. Referido Termo de Consentimento foi objeto de explanação detalhada para cada um dos participantes, mediante explicação quanto aos objetivos da pesquisa, bem como que não eram obrigados a participar e que poderiam manifestar sua discordância a qualquer momento.

Também foi utilizado um questionário, que foi dividido em duas partes idênticas, sendo uma a respeito do filho com fissura labiopalatina, e outra relacionada ao filho não fissurado, constituindo o grupo controle (anexo 3).

3.2 MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida no setor de Odontologia/Ortodontia, ao final da consulta de rotina dos pacientes matriculados no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, Universidade de São Paulo.

Assim, ao término da consulta os pais ou responsáveis ou o próprio paciente eram indagados quanto ao interesse em participar da pesquisa, procedendo-se a uma seleção daqueles que se enquadravam nos critérios de inclusão da pesquisa, quando a resposta era positiva.

Em seguida, os pais ou responsáveis, bem como os pacientes maiores de dezoito anos, quando participantes da pesquisa, eram esclarecidos sobre os

objetivos gerais e específicos da pesquisa, com ênfase quanto ao significado do bullying e as consequências advindas desse comportamento.

Com isso, em um primeiro momento, procedia-se a uma explicação aos participantes da pesquisa acerca da maneira como seria desenvolvida, informando que seria por meio de um questionário composto de onze questões, com indagações de natureza objetiva e discursiva, cuja finalidade era identificar se o bullying ocorria e, em caso positivo, a frequência quanto à ocorrência, o local onde mais ocorria, as suas consequências no processo de formação educacional e de desenvolvimento social, o eventual auxílio prestado por terceira pessoa ante a ocorrência do bullying, bem como investigar a opinião dos pais ou responsáveis quanto à necessidade de uma intervenção do Estado na prevenção ou repressão dessa conduta e de que maneira deveria ocorrer essa postura estatal.

Ainda quanto à explanação sobre o questionário e objetivos da pesquisa, esclarecia-se de forma detalhada as questões de número 10 (dez) e 11 (onze), que indagavam sobre a necessidade ou não de o Estado intervir prevenindo ou reprimindo o bullying, sendo que em caso positivo esclarecia-se sobre a imprescindibilidade de se discorrer sobre a forma de atuação estatal, indicando a maneira como o Estado deveria agir para prevenir ou reprimir a prática dessa conduta e viabilizar às pessoas um desenvolvimento pessoal e social livre de discriminação ou violência, respeitando-se a dignidade da pessoa humana.

Também foi explicado que o questionário era dotado de duas partes com perguntas iguais, sendo que um dos questionários era relacionado ao filho com fissura labiopalatina e o outro ao filho sem fissura, para permitir uma comparação entre o grupo com fissura labiopalatina e o grupo sem fissura labiopalatina, notadamente quanto à ocorrência do bullying.

Após a explanação e eventuais esclarecimentos, indagava-se aos pais, responsáveis ou ao próprio paciente maior de 18 (dezoito) anos de idade quanto à compreensão dos objetivos da pesquisa e se necessitavam de mais algum esclarecimento, bem como se realmente tinham interesse em participar da pesquisa, sendo que nesse caso vale um destaque no sentido de todos que foram

selecionados, participaram da pesquisa relatando que gostariam de contribuir para de alguma forma combater a prática do bullying.

Em seguida, procedia-se à apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido, explicando o significado e importância desse documento e da liberdade de participar ou não da pesquisa e que em caso positivo era importante uma leitura atenta de seus termos, com a respectiva assinatura, ao final do texto, juntamente com o Pesquisador responsável.

Nessa oportunidade, reiterava-se que a pesquisa era realizada mediante a aplicação de um questionário respondido pelos pais, responsáveis ou pelo próprio paciente, ou por meio de entrevista quando estes não se dispunham a proceder à leitura do questionário.

Após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, iniciava-se a aplicação do questionário ou a respectiva entrevista, onde os participantes da pesquisa se manifestavam quanto às questões objetivas e discursivas acerca da ocorrência do bullying, a maneira como ocorria a violência, o local onde normalmente se verificava esse comportamento inadequado, as suas consequências, bem como o que pretendiam do Estado para fins de se evitar ou reprimir essa conduta.

Nesse ponto destaca-se que quando o questionário era aplicado sob a forma de entrevista, as questões eram apresentadas oralmente, explicando-se o significado de cada uma, sendo que o participante respondia verbalmente e as suas respostas eram assinaladas nas questões objetivas e transcritas nas questões discursivas.

No decorrer da aplicação do questionário ou da entrevista, o Pesquisador sempre estava à disposição dos pais ou responsáveis para esclarecer quanto a eventuais dúvidas sobre alguma das questões, merecendo realce as questões de número 10 (dez) e 11 (onze), em que os participantes mostravam interesse na efetiva atuação do Estado no combate ao bullying, em razão das consequências decorrentes da prática desse comportamento agressivo.

Ao final, os dados coletados em razão da aplicação do questionário ou entrevista foram digitados em planilha do Excel, que foi objeto de análise estatística.

Para descrição dos resultados utilizou-se frequências absolutas (n) e relativas (%), e intervalo de confiança a 95% (IC95%).

A comparação entre o grupo com fissura e o grupo sem fissura visando a diferença na prevalência de bullying foi realizada por meio do teste de McNemar. A comparação para verificar a diferença na prevalência de bullying entre os três tipos de fissura foi realizada por meio do teste do qui-quadrado. Em todos os testes adotou-se o nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Todos os procedimentos estatísticos foram executados no programa Statistica versão 12 (StatSoft Inc., Tulsa, USA).

4 RESULTADOS

4 RESULTADOS

Duzentos pais ou responsáveis com filho com fissuras orofaciais em tratamento no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, Universidade de São Paulo e também o próprio paciente, quando maior de 18 (dezoito) anos de idade, responderam as partes I e II do questionário.

A maioria dos pais, responsáveis ou pacientes participantes da pesquisa eram provenientes de cidades dos Estados de São Paulo (45,5%) e Minas Gerais (20,5%), mas também houve a participação de pessoas de outros Estados, como Rio de Janeiro (5,0%), Paraná (4,5%), Rondônia (3,5%), dentre outros

A tabela 1 demonstra quem respondeu os questionários. Quanto aos participantes da pesquisa, ressalta-se que os questionários foram respondidos mais frequentemente pela mãe (67,5%), seguido do pai (17,5%) e pelo próprio paciente quando maior de 18 (dezoito) anos de idade (5%). Outros respondentes corresponderam a 10%.

Tabela 1 - Frequência de questionários respondidos por pais e responsáveis.

Mãe	67,5%
Pai	17,5%
Próprio paciente	5%
Outros (tia/avó/irmã/acompanhante)	10%

Com relação à média de idade, constatou-se que nos grupos com fissura e sem fissura, esta correspondeu a 13,8 anos (DP=4,2) e 15,5 anos (DP=5,5), respectivamente. No grupo com fissura 62% dos indivíduos eram do gênero masculino e 38% do gênero feminino. No grupo sem fissura, 42% eram do gênero masculino, enquanto 58% eram do gênero feminino (Tabela 2).

Tabela 2 – Idade média e distribuição por gênero nos grupos avaliados.

Grupo	Média (DP) da Idade em anos	Gênero feminino	Gênero masculino
Com Fissura	13.8 ($\pm 4,2$)	38%	62%
Sem Fissura	15.5 ($\pm 5,5$)	58%	42%

No que respeita à verificação da prevalência do bullying em indivíduos com fissura labiopalatina, esta equivaleu a 51%, enquanto a prevalência em indivíduos sem essa anomalia craniofacial foi de 19,5%, de maneira que restou demonstrado diferenças estatisticamente significantes entre os grupos com e sem fissura ($p < 0,001$), como ilustra a tabela 3.

Tabela 3 – Prevalência e comparação da ocorrência de bullying em indivíduos com fissura e sem fissura.

Grupo	N	%	IC95%	p
Com fissura	102	51,0	43,9 - 58,1	<0,001*
Sem fissura	39	19,5	14,3 - 25,7	

* - diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$)

Considerando o tipo de fissura, a maioria dos indivíduos apresentava fissura completa de lábio e palato (65,5%), seguida pela fissura de lábio e/ou rebordo alveolar (20,5%) e 14% com fissura isolada no palato (Tabela 4). Percebe-se que a prevalência do bullying não diferiu de acordo com o tipo de fissura, de maneira que a gravidade da anomalia craniofacial não se mostrou como fator decisivo para a ocorrência desse comportamento agressivo.

Tabela 4 - Comparação da ocorrência de bullying em pacientes com fissura de lábio, lábio e palato, e somente palato.

Grupo	Ocorrência de bullying			Comparação p
	N	Sim	Não	
Fissura de Lábio	41 (20,5%)	18 (43,9%)	23 (56,1%)	0,450 _{ns}
Fissura de Lábio e Palato	131 (65,5%)	71 (54,2%)	60 (45,8%)	
Fissura de Palato	28 (14,0%)	13 (46,4%)	15 (53,6%)	
Total	200	102	98	

ns – diferença estatisticamente não significante

No que tange à modalidade de bullying que era praticado, identificou-se que dentre os indivíduos do grupo com fissura que foram vítimas desse comportamento, o tipo de agressão mais comum foi a verbal (80,4%), seguido pela agressão física e verbal (17,7%) (Tabela 5).

Com relação ao grupo sem fissura, destaca-se que essas porcentagens foram semelhantes, mostrando que a agressão verbal foi a mais praticada, independentemente de a vítima possuir alguma anomalia ou não, como se denota pela tabela 5.

Tabela 5 - Prevalência quanto ao tipo de agressão.

	Grupo com Fissura	Grupo sem Fissura
	(%)	(%)
Verbal	80,4%	78,9%
Verbal e Física	17,7%	15,8%
Somente Física	2%	5,2%

Com relação à efetiva caracterização do bullying, que se traduz em uma agressão física e/ou verbal, praticada de forma reiterada, esta restou evidenciada, uma vez que na maioria dos casos a ocorrência dessa conduta ofensiva repetiu-se mais de uma vez tanto no grupo com fissura (80,2%) como no grupo sem fissura (87,2%).

Considerando o local mais comum de ocorrência do bullying, mediante as respostas apresentadas pelos participantes, identificou-se que no ambiente escolar essa prática se verificou de forma mais acentuada, tanto no grupo com fissura como no grupo sem fissura (Tabela 6).

De forma menos acentuada a prática do bullying ocorreu na rua ou na família, em ambos os grupos, consoante demonstra a tabela 6, cujos percentuais são inferiores aos relacionados ao ambiente escolar.

Tabela 6 - Local de ocorrência de bullying.

	Grupo Fissura	Grupo sem Fissura
	(%)	(%)
Escola	84,5%	70,5%
Rua	4,9%	15,9%
Família	1,0%	4,5%

No que tange à ocorrência de consequências indesejáveis causadas pela prática do bullying, estas foram relatadas por 63,7% dos entrevistados do grupo com fissura, sendo que no grupo sem fissura esta frequência equivaleu a 70,3%, indicando que em ambos os grupos, independentemente de se ter alguma anomalia ou não, há a incidência de efeitos negativos.

Considerando as consequências indesejáveis mencionadas no questionário e que foram apontadas pelos participantes da pesquisa, as mais comumente reportadas em ambos os grupos foram a resistência em ir para escola e a baixa autoestima (Tabela 7).

No que se refere ao aspecto relacionado à mudança de escola, esta ocorreu em aproximadamente 1 (um) para cada 10 (dez) casos, sendo que o abandono dos estudos também mostrou semelhante frequência (Tabela 7).

Tabela 7 - Consequências indesejáveis causadas pelo bullying

	Grupo Fissura	Grupo sem Fissura
	(%)	(%)
Resistência em ir para a escola	52,9%	43,5%
Baixa autoestima	50,0%	46,4%
Mudança de escola	13,2%	10,7%
Abandono dos estudos	11,8%	10,7%

No que respeita à indagação sobre a busca por auxílio, no grupo com fissura a maioria dos participantes respondeu que procurou ajuda com o Diretor da Escola (54,3%), seguido do Professor (39,1%) e do Psicólogo (20,7%). Também foi reportada busca pela Assistente Social (6,5%), pelo Inspetor de alunos (5,4%), pela Polícia (3,3%), pelo Promotor de Justiça (2,2%) e junto ao Poder Judiciário (1,1%).

No grupo sem fissura, considerando as pessoas e profissões especificamente nominadas, seguiu-se a mesma linha de auxílio, com maior procura pelo Diretor da Escola (44,4%), seguido pelo Professor (37%) e pelo Psicólogo (22,2%). Também foi identificada busca de auxílio pelo Inspetor de alunos (3,7%) e pela Polícia (7,4%), sendo que nesse grupo não foi reportada a busca por auxílio da Assistente Social, do Promotor de Justiça e do Poder Judiciário. (Tabela 8).

Tabela 8 – Busca de auxílio com terceira pessoa.

	Grupo Fissura	Grupo sem Fissura
	(%)	(%)
Diretor da escola	54,3%	44,4%
Professor	39,1%	37,0%
Psicólogo	20,7%	22,2%
Assistente Social	6,5%	-
Inspetor de alunos	5,4%	3,7%
Polícia	3,3%	7,4%
Promotor de Justiça	2,2%	-
Poder Judiciário	1,1%	-

Considerando o questionamento sobre a prestação de auxílio por parte de terceira pessoa quando da ocorrência do bullying, destaca-se que tanto no grupo com fissura, quanto no grupo sem fissura, houve prestação de ajuda, sendo que o primeiro grupo recebeu 81,8% e o segundo 60,9% de auxílio, demonstrando uma intensa preocupação dessas terceiras pessoas diante desse comportamento agressivo.

Quando indagados a respeito da necessidade de o Estado intervir na prevenção ou repressão do bullying, 99,5% dos grupos com e sem fissura responderam afirmativamente. Quanto à forma de intervenção estatal, dos grupos com fissura e sem fissura agrupados, 20,1% se posicionou pela necessidade de se editar leis punitivas, 6% pela edição de leis punitivas conjuntamente com políticas públicas, sendo que a grande maioria, 73,9% sugeriu a necessidade da inserção de políticas públicas, mediante equipes multidisciplinares compostas de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, bem como a divulgação pelos meios de comunicação das consequências negativas da prática do bullying (Tabela 9).

Tabela 9 – Forma de intervenção do Estado na prevenção ou repressão do bullying

	Grupo Fissura e Grupo sem Fissura
	(%)
Políticas públicas	73,9%
Leis punitivas	20,1%
Leis punitivas e políticas públicas	6,0%

5 DISCUSSÃO

5 DISCUSSÃO

Inicialmente ressalta-se que o presente trabalho foi desenvolvido tão somente considerando indivíduos que estavam em tratamento no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (HRAC-USP). Com isso, a pesquisa, que se realizou mediante a aplicação de um questionário com questões objetivas e discursivas, dotado de duas partes, uma para o filho com fissura labiopalatina e outra para o filho sem fissura, foi respondido por duzentos participantes, dentre pais, responsáveis ou pelo próprio paciente quando maior de 18 (dezoito) anos de idade, por conta de a partir dessa faixa etária estar devidamente apto a praticar todos os atos da vida civil, inclusive responder a um questionário de uma pesquisa.

Na amostra, identificou-se que a maioria dos participantes é do Estado de São Paulo (45,5%), seguido do Estado de Minas Gerais (20,5%), mas também houve a participação de pessoas de outros Estados, como Rio de Janeiro (5,0%), Paraná (4,5%), Rondônia (3,5%), dentre outros. Estas prevalências refletem a distribuição de pacientes tratados no HRAC-USP, com a maioria dos pacientes originários da região sudeste, principalmente do Estado de São Paulo. A proximidade da cidade de residência com o centro de reabilitação obviamente viabiliza as vindas dos pacientes e suas famílias. É importante esclarecer que, não obstante a pesquisa tenha sido desenvolvida com a maioria dos participantes integrando os Estados de São Paulo e Minas Gerais, isso não significa que a ocorrência do bullying está centrada mais nessas entidades federadas, mesmo porque esse dado inicial apenas teve por finalidade promover a identificação da origem domiciliar dos participantes do trabalho. Ademais, a prática do bullying não é um caso isolado, mas sim está disseminado de maneira global, abrangendo não só o Brasil e os seus respectivos Estados, mas também outros países (Silva 2010).

A comprovação dessa assertiva decorre do fato de que os estudos sobre o bullying somente tiveram início no Brasil a partir da década de 90 (noventa), oportunidade em que essa conduta agressiva mereceu uma atenção mais acurada (Méo 2010). De outro lado, Dan Olweus, professor da Universidade de Bergen, na

Noruega, foi o precursor nos estudos desse fenômeno, na década de 70 (setenta), sendo que atualmente os Estados Unidos, Portugal e Espanha também passaram a estudar de forma mais profunda a ocorrência do bullying (Albino 2009).

A propósito, quanto à ocorrência dessa problemática em todo o mundo, Silva (2010) relata que “A pesquisa sobre o fenômeno, ao redor do mundo, aponta para o crescimento do problema: estima-se que de 5% a 35% das crianças em idade escolar estejam envolvidas em condutas agressivas no ambiente educacional”. Observa-se que além dessa questão ter caráter mundial, a sua frequência ocorre envolvendo crianças em idade escolar, não se olvidando que também atinge os adolescentes, conforme destaca Neto (2005): “O bullying é mais prevalente entre alunos com idades entre 11 e 13 anos, sendo menos freqüente na educação infantil e ensino médio”. Com isso, considerando que o bullying ocorre entre crianças e também abrange os adolescentes, notadamente na faixa etária correspondente ao período escolar, adotou-se como um dos critérios de inclusão, que os filhos com fissura labiopalatina e os respectivos irmãos sem essa anomalia craniofacial deveriam ter pelo menos 06 (seis) anos de idade, razão pela qual não se incluiu crianças na pré-escola.

Nesse ponto é importante esclarecer que os conceitos de criança e de adolescente adotados no presente trabalho, encontram respaldo técnico e jurídico na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que no artigo 2º define criança como a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (Brasil 1990). Outrossim, na medida em que o tratamento da fissura labiopalatina, desenvolvido no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, por proposta deveria terminar aos 18 (dezoito) anos de idade do paciente, mas em decorrência da realização da entrevista identificou-se que alguns dos participantes, que eram pacientes, tinham mais de 18 (dezoito) anos, não se estabeleceu um limite cronológico quanto à faixa etária após os 06 (seis) anos de idade.

Acerca desse aspecto atinente à faixa etária, a média de idade ficou centrada entre 13,8 anos e 15,5 anos, destacando-se que não se estabeleceu qualquer diferenciação entre os indivíduos dos gêneros masculino e feminino, pelo fato de que ambos os gêneros são vítimas de bullying e os estudos são controversos

em relação ao gênero mais afetado. Al-Bitar et al (2013) e Fleming e Jacobsen (2009) relataram que os meninos eram mais prováveis vítimas de bullying. Por outro lado, de Craig et al (2009) descobriram que as meninas foram intimidadas com mais frequência do que os meninos.

Outrossim, justifica-se a maior frequência do gênero masculino que feminino no grupo com fissura (tabela 2), uma vez que a prevalência da fissura é maior nos homens (World Health Organization 2002).

Dessa feita, como a tônica do trabalho foi identificar a frequência da ocorrência do bullying em indivíduos com fissura labiopalatina em relação aos que não possuíam essa anomalia, destacando-se que deveriam estar convivendo sob as mesmas condições de convivência, pois que eram irmãos, bem assim objetivou-se a identificação da necessidade ou não de atuação estatal na prevenção e/ou combate a essa violência, a pesquisa foi desenvolvida sem estabelecer comparação entre a intensidade dessa agressão e o respectivo gênero da vítima desse comportamento violento.

Especificamente quanto ao item relacionado à identificação da frequência da ocorrência do bullying, constatou-se uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos, uma vez que do total da amostra, 51% dos indivíduos com fissura labiopalatina sofreram essa violência, enquanto que em indivíduos sem fissuras, a frequência da ocorrência do bullying ficou em 19,5%. Bem ao propósito, Hunt et al (2006) relatou uma prevalência de bullying de 60% em indivíduos europeus com fissura labiopalatina e 22% no grupo sem fissura. Outros dois estudos anteriores sobre a condição psico-social de indivíduos jovens com fissura labiopalatina também mencionaram o bullying como uma ocorrência freqüente (Tiemens et al 2013; Sharif et al 2013). Diferença facial e da fala foram relatados como a principal causa para o assédio moral em indivíduos com fissura labiopalatina (Hunt et al 2006). Em razão dessa constatação, pode-se concluir que a fissura labiopalatina constitui um dos fatores que permite uma maior probabilidade de o indivíduo com essa anomalia ser vítima de bullying. Essa assertiva vem ao encontro do depoimento prestado por um paciente do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais no informativo desta entidade hospitalar (Pacientes 2010), destacando-se que as pessoas com fissura labiopalatina são vítimas em potencial da prática do bullying.

Essa caracterização das pessoas com fissura labiopalatina de figurarem como alvo desse tipo de agressão decorre justamente do fato de se apresentarem como diferentes dos padrões tidos como normais em razão da deficiência estética e/ou funcional. Por outras palavras, basta que a pessoa tenha ou apresente alguma diferença ou tenha alguma deficiência para se enquadrar como vítima de bullying, como bem pontuam Esteve e Arruda (2014): “As diferenças de raça, religião, opção sexual, desenvolvimento acadêmico tanto aqueles que vão muito bem à escola podem ser alvos como também aqueles que têm dificuldade em aprender, sotaque, maneira de ser e de agir, modo como se vestem, *os que têm algum tipo de deficiência física* ou intelectual, que usam óculos ou aparelho ortodôntico [...] aqueles que fogem à regra, geralmente, são as vítimas mais comuns dos agressores”. (g.n.).

Nesse sentido, ressalta-se que a diferença facial e a fala foram relatadas como a principal causa para o assédio moral em indivíduos com fissura labiopalatina (Hunt et al 2006). Por outro lado, Hunt et al (2006) relataram que a aparência facial (55%) foi mais frequentemente mencionada como causa de bullying do que a fala (34%).

Confirmando esse posicionamento quanto à deficiência, Fante (2005) assenta que “[...] as crianças portadoras de deficiência física e de necessidades educacionais especiais correm maiores riscos de se tornarem vítimas de ‘bullying’, riscos estes duas a três vezes maiores do que as crianças consideradas normais”.

Outrossim, é importante relevar que embora a fissura apresente uma classificação de acordo com o tipo de anomalia, afetando o lábio, o lábio e o palato ou somente o palato, bem como dependendo do tipo de fissura haverá uma maior deficiência de natureza estética ou funcional, no presente trabalho a prevalência do bullying não diferiu considerando a gravidade da anomalia craniofacial. Para melhor visualizar essa questão, calha transcrever, novamente os seguintes dados já constantes dos resultados em que se constatou que dos indivíduos com fissura de lábio, 43,9% sofreram bullying, enquanto 56,1% não foram vítimas desse comportamento; dos indivíduos com fissura de lábio e palato, 54,2% sofreram bullying, enquanto 45,8% relataram não ter sofrido agressão; e dos indivíduos com

fissura de palato, 46,4% foram vítimas de bullying, enquanto 53,6% não foram vítimas desse comportamento agressivo.

Isso significa que, independentemente da maior gravidade ou não da deficiência estética ou funcional, os indivíduos com fissura labiopalatina, tão somente por conta de possuírem uma deficiência que os diferencia das demais pessoas, ainda que minimamente, como no caso da fissura de lábio, figuram como vítimas em potencial do bullying. Essa situação é preocupante quando se trata das pessoas com esse tipo de anomalia, pois além de já contarem com um gravame que dificulta a sua inserção no seio social, notadamente na vida escolar, acabam tendo que enfrentar outro tipo de problema consistente nessa agressão discriminatória, que intensifica essa exclusão social.

Acerca dessas consequências de natureza negativa, Pereira (2002) pontua que:

“[...] O caráter persistente do bullying tem aspectos marcadamente negativos para as vítimas que são diretamente atormentadas no seu dia a dia e afetadas no seu rendimento escolar, mas igualmente pelos efeitos em longo prazo que lhe estão associados, tais como a depressão na vida adulta [...]”.

Trilhando esse mesmo raciocínio sobre as implicações do bullying, Esteve e Arruda (2014) afirmam que:

“As vítimas de bullying sofre (sic) traumas em seu inconsciente e isso faz com que seu desenvolvimento e sua autoestima sejam seriamente prejudicados [...]. Isso gera problemas tanto de socialização para conseguir formar um círculo de amizades, para se ter um relacionamento de namoro ou casamento, como para arrumar emprego, fazer uma simples entrevista pode se tornar uma tarefa quase impossível [...]”

Percebe-se, assim, quão prejudiciais são os efeitos decorrentes da prática do bullying, pois podem deixar sequelas que comprometam o futuro de uma pessoa, retirando o seu direito amparado pelo ordenamento jurídico constitucional de ter uma vida digna e livre de discriminações ou preconceitos.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a forma mais comum de se praticar o bullying é a verbal, tanto assim que no grupo com fissura (80,4%) e no grupo sem fissura (78,9%) essa forma ocorreu na grande maioria dos casos.

Esses resultados encontraram similaridade com outro trabalho, destacando-se que o estudo desenvolvido por Dalosto e Alencar (2013) apontou que crianças superdotadas também sofreram bullying, com maior incidência de agressão verbal, merecendo destaque que: “Os dados coletados também revelaram que 65 (55,1%) respondentes indicaram ter sido vítimas de agressões verbais do tipo ‘zoar’, cujo sentido é humilhar com palavras [...] Cinquenta e três (44,9%) alunos assinalaram ter recebido apelidos pejorativos que o desagradaram. E 48 (40,7%) respondentes apontaram ter sido insultados ou ofendidos verbalmente [...]”. Não há como se negar que as crianças com altas habilidades, consideradas superdotadas, também se apresentam como diferentes em relação ao padrão de normalidade que é estabelecido na sociedade, ressaltando-se que nesse estudo identificou-se uma prevalência quanto à ocorrência da agressão verbal, assim como foi encontrado nos resultados do presente trabalho, relatado tanto pelo grupo com fissura, como pelo grupo sem fissura.

A escola foi o local em que mais ocorreu a prática do bullying, sendo que os resultados obtidos por ambos os grupos, com fissura (84,5%) e sem fissura (70,5%), apresentaram resultados semelhantes. Também houve respostas indicando a ocorrência de bullying na rua pelo grupo com fissura (4,9%) e pelo grupo sem fissura (15,9%), assim como em proporção bem menor no ambiente familiar, com 1% no grupo com fissura e 4,5% no grupo sem fissura. Esses resultados indicando o ambiente escolar como o local em que mais ocorreu o bullying vêm ao encontro do que costumeiramente se verifica quando o assunto é a prática desse comportamento agressivo (Fante 2005; Fante e Pedra 2008; Silva 2010)

A comprovação dessa assertiva referindo-se à escola como o local de maior prevalência da ocorrência de bullying também pode ser identificada por meio dos estudos originários sobre essa modalidade de violência, que ocorreram na década de 70, em razão de os jornais Noruegueses relatarem o suicídio de três estudantes, cujas causas indicavam maus tratos sofridos no ambiente escolar e praticados por seus colegas (Esteve e Arruda 2014).

Sobre o tema Fante (*sine datum*) destaca que: “O bullying é uma forma de violência que ocorre na relação entre pares, sendo sua incidência maior entre os estudantes, no espaço escolar”.

No que se refere ao presente trabalho, que envolve pessoas com fissura labiopalatina, percebe-se que os resultados indicando a maior prevalência de ocorrência do bullying no ambiente escolar também se encontram associados à presença da anomalia craniofacial, que provoca algum defeito de natureza estética e/ou funcional, redundando em preconceito ou discriminação praticado pelos outros estudantes.

Bem ao propósito, Graciano, Tavano e Bachega (2007) mencionam que: “Na escola, o convívio social também é marcado por curiosidades, preconceitos e suas consequências, desde o primeiro dia escolar [...] A criança que nasceu com fissura, mesmo que leve, sofre discriminação social”. Com isso, percebe-se que essa situação discriminatória acaba se verificando quando do convívio com outras pessoas em âmbito escolar, onde indivíduos com fissura labiopalatina, em razão da aparência ou mesmo da fala, são vítimas de preconceito, que se traduz no bullying.

A ocorrência de consequências indesejáveis do bullying mostrou uma alta frequência tanto no grupo com fissura (63,7%), quanto no grupo sem fissura (70,3%), sendo que no presente trabalho a resistência em ir para escola e a baixa autoestima se apresentaram como as mais incidentes em ambos os grupos.

Outros estudos também indicaram a ocorrências de consequências negativas, afetando o desenvolvimento no âmbito escolar e comprometendo o crescimento pessoal, pois as vítimas desse comportamento perdem o interesse pelo aprendizado, abandonam os estudos, bem como sofrem prejuízos de caráter emocional e social (Fante s.d.). A mesma autora ainda destaca em outro trabalho que o bullying pode provocar: “[...] evasão escolar, o ingresso no mundo das drogas, ou ainda formar pessoas com sérios problemas psicológicos que serão capazes de cometer qualquer tipo de violência no presente ou no futuro” (Fante 2005). Nesse mesmo sentido, Marchesi (2006) relata que: “As dificuldades emocionais dos alunos podem alterar suas relações sociais com os professores e colegas e dificultar seriamente sua aprendizagem. Entre elas se encontram a percepção da falta de

afeto, o isolamento social, a tristeza prolongada, o sentir-se marginalizado e maltratado”. O abandono escolar e a dificuldade de interação social podem comprometer o desenvolvimento educacional das vítimas de bullying (Lopes e Saavedra 2003).

O Conselho Nacional de Justiça lançou uma cartilha denominada Bullying – Projeto Justiça nas Escolas, informando que todas as vítimas sofrem em razão do bullying e que necessitarão de apoio psicológico e/ou psiquiátrico para solver seus traumas, sendo que “Os problemas mais comuns são: desinteresse pela escola; problemas psicossomáticos; problemas comportamentais e psíquicos como transtorno do pânico, depressão, anorexia e bulimia, fobia escolar, fobia social, ansiedade generalizada, entre outros” (Brasil 2010).

Quanto à procura por algum tipo de auxílio, os resultados indicaram uma maior procura pelo Diretor da Escola e pelo Professor, destacando-se que também houve resposta no sentido de que se buscou ajuda com Psicólogo, Assistente Social, Inspetor de alunos, Polícia, Promotor de Justiça e Poder Judiciário.

Percebe-se que as vítimas de bullying necessitaram de algum tipo de apoio para enfrentar esse problema, havendo uma maior procura por profissionais da área de educação, o Diretor da Escola e o Professor. Não obstante, também houve procura de auxílio com outras pessoas de outras profissões, como Psicólogos, Assistentes Sociais, Polícia, Promotor e Poder Judiciário, demonstrando uma confiança na atuação dessas pessoas.

Essas respostas obtidas na presente pesquisa indicam que o bullying pode ser objeto de prevenção ou repressão por profissionais vinculados a áreas distintas da educação, embora o Diretor da Escola e o Professor possam prestar um auxílio de forma mais imediata às vítimas de bullying. Por conta desses dados, percebe-se que o combate a esse comportamento agressivo pode ser levado a efeito pelo Poder Judiciário, como de fato já está sendo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, que editou uma Cartilha de combate ao bullying (Brasil 2010).

No que tange à necessidade de o Estado intervir na prevenção ou repressão do bullying, 99,5% dos dois grupos responderam afirmativamente.

Considerando a maneira pela qual se pretende a atuação estatal no combate ao bullying, 20,1% dos dois grupos se posicionou pela necessidade de se editar leis punitivas, 6% pela edição de leis punitivas conjuntamente com políticas públicas, sendo que a grande maioria, 73,9% sugeriu a necessidade da inserção de políticas públicas.

Esses resultados vêm ao encontro de propostas pela edição de leis que criminalizem a prática do bullying, bem como de estudos sugerindo a implementação de políticas públicas como meio eficaz de se prevenir ou combater esse comportamento agressivo.

Com relação à proposta da edição de leis criminalizando o bullying, um grupo de Promotores de Justiça da Vara da Infância e Juventude de São Paulo elaborou um anteprojeto de lei cominando pena mínima de um a quatro anos de reclusão, além de multa, bem como na hipótese de se tratar de conduta violenta, grave, reiterada e cometida por adolescente, este poderá ser internado na Fundação Casa, a antiga Febem. (IBCCRIM s.d.).

Nesse mesmo sentido, uma Comissão de juristas que discute a reforma do Código Penal no Senado Federal aprovou a criminalização do bullying e da perseguição obsessiva, cuja proposta estabelece que esse comportamento constituirá infração penal quando a conduta consistir em intimidar, constranger, castigar, agredir, segregar crianças ou adolescentes de forma intencional e reiterada, direta ou indiretamente por qualquer meio, causando sofrimento físico, psicológico ou dano patrimonial, sendo que a pena prevista será de prisão de um a quatro anos. (Senado 2012).

Trata-se do projeto de lei do Senado Federal PLS nº 236/2012, que versa sobre a reforma do Código Penal Brasileiro, em que se propõe a criminalização do bullying como intimidação vexatória, mediante a realização de um dos comportamentos acima descritos (Senado 2012).

Não obstante a inexistência de diploma legal específico sobre a criminalização do bullying, bem assim a apresentação de projeto de lei visando inserir esse comportamento no Código Penal, há entendimento no sentido de que o ordenamento jurídico penal brasileiro já estabelece figuras típicas que permitem o

enquadramento dessa conduta como crime, sendo desnecessária essa neocriminalização específica do bullying. (Gomes 2012).

De fato, mesmo sem previsão legal específica, as situações envolvendo a prática do bullying estão sendo objeto de apreciação pelo Poder Judiciário, merecendo destaque os seguintes julgados sobre o tema:

Processual Civil. Ação Indenizatória. Violência Escolar. "Bullying". Estabelecimento de Ensino. Responsabilidade Objetiva. Falha na Prestação do Serviço. Dano Moral Configurado. Desprovimento dos Recursos. I – Palavra inglesa que significa usar o poder ou força para intimidar, excluir, implicar, humilhar, "Bullying" é um termo utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos; II – Os fatos relatados e provados fogem da normalidade e não podem ser tratados como simples desentendimentos entre alunos. III – Trata-se de relação de consumo e a responsabilidade da ré, como prestadora de serviços educacionais é objetiva, bastando a simples comprovação do nexo causal e do dano; IV – Recursos – agravo retido e apelação aos quais se nega provimento. (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Apelação nº 0003372-37.2005.8.19.0208) (g.n.).

Direito Civil. Indenização. Danos Morais. Abalos Psicológicos decorrentes de Violência Escolar. Bullying. Ofensa ao Princípio da Dignidade da Pessoa. Sentença reformada. Condenação do colégio. Valor módico atendendo-se às peculiaridades do caso. (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Apelação nº 2006.03.1.00.8331-2).

Responsabilidade Civil. Ofensas a menor com doze anos de idade. Atribuição do adjetivo de orelhudo. Conjunto probatório que deve ser visto em sua globalidade. Laudo conclusivo. A exemplo do bullying em ambiente escolar, condutas como a praticada pela apelada podem resultar em diversos efeitos psicológicos sobre a criança, tais como isolamento social, ansiedade, depressão, mudanças repentinas de humor, irritabilidade, agressividade, tristeza acentuada e, até mesmo, tentativas de suicídio. Abalo emocional evidenciado. Mãe que, na peculiaridade, é parte ilegítima. Recurso parcialmente provido. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0011934-14.2005.8.26.0152)

Responsabilidade Civil. Danos Morais. Alegação da autora de que passou a ser vítima de bullying após participação em concurso de beleza. Cerceamento de defesa (art. 398 do cpc). Acolhimento. Violação ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, inciso IV, da CF). Requerimento de produção de prova oral e pericial. Cabe

ao julgador determinar as provas necessárias à instrução do processo (art. 130 do cpc). Preliminar acolhida, com anulação da r. Sentença, inclusive, e retorno dos autos ao ofício de origem, para a devida dilação probatória. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação com Revisão nº 0031999-06.2011.8.26.0577)

Os julgados em epígrafe retratam uma realidade quanto à incidência da legislação brasileira nos casos envolvendo a prática de bullying, independentemente de um diploma legal específico sobre o tema, de maneira que não se vislumbra uma real necessidade de se editar uma lei que criminalize esse comportamento agressivo.

Outrossim, em recente estudo sobre a criminalização do bullying, Neto (2014) não compactua com essa necessidade, justificando que outras searas do Direito já sancionam esse comportamento agressivo através de dispositivos legais que se apresentam como suficientes para combater o bullying, dentre os quais destaca os artigos 186¹, 187² e 927³ do Código Civil e o artigo 232⁴ do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Discorrendo sobre o tema, Prudente (2014) entende que a criminalização do bullying somente deve ocorrer em última instância, buscando-se, inicialmente, um enfrentamento desse problema por meio de programas que estabeleçam medidas preventivas e restaurativas.

De fato, a criminalização de uma conduta pelo Direito Penal somente deve ocorrer em última instância, quando esgotados todos os meios de solucionar um problema, de modo que a tipificação penal de determinado comportamento se apresenta como a *ultima ratio* para a tranquilidade da sociedade (Prado 2005).

¹ Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

² Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

³ Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

⁴ Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:
Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Discorrendo sobre esse tema, Nucci (2002) pontua que: “O direito penal é considerado a *ultima ratio*, isto é, a última cartada do sistema legislativo, quando se entende que outra solução não pode haver senão a criação de lei penal incriminadora [...] Caso o bem jurídico possa ser protegido de outro modo, deve-se abrir mão da opção legislativa penal, justamente para não banalizar a punição, tornando-a, por vezes, ineficaz [...]”.

Bem ao propósito, Gomes (2012) destaca que: “Por se tratar de questão absolutamente interdisciplinar (comum a diversas disciplinas), o fenômeno deve extrapolar o âmbito jurídico e ser amparado por medidas de outras esferas, como a psicologia e a pedagogia, por exemplo”.

Quanto à resolução do problema com medidas preventivas de orientação, segundo Calhau (2011): “Atualmente, um grande número de escolas mantém em seus quadros pedagogos e psicólogos que, em sendo chamados para ajudar, poderão contribuir muito com a solução dos problemas. A orientação deve nortear a ação desses profissionais. Chamar a polícia e o Ministério Público, a meu ver, somente nos casos mais graves”.

Esses posicionamentos quanto à prescindibilidade de legislação própria que criminalize o bullying vêm ao encontro dos resultados deste trabalho, notadamente pelo fato de que a grande maioria dos participantes (73,9%) apontou a necessidade de o Estado implementar políticas públicas para combater essa agressão, ao invés de editar leis punitivas.

Silva (2010) relata que o combate ao bullying é uma luta diária com panorama internacional, de maneira que diversos países estão desenvolvendo programas antibullying, bem como a obtenção de um resultado positivo exige: “políticas públicas e privadas que disponibilizem recursos significativos para a formação intelectual, técnica, psicológica e pessoal de nossos educadores”.

Fante (2005) também menciona essa preocupação em diversos países, apontando o desenvolvimento de pesquisas e programas de intervenção antibullying na Europa e na América do Norte. Na Espanha, um dos programas tem como objetivo o desenvolvimento da educação de sentimentos e de valores, bem como a melhora da convivência e das relações interpessoais. Na Inglaterra existem vários

programas, buscando-se o incentivo na amizade, o emprego de sistemas psicopedagógicos, conferências sobre o tema. Na Irlanda as autoridades educacionais se posicionaram pela necessidade de desenvolver diretrizes visando o combate ao bullying através da conscientização desse problema. Na Finlândia, o Ministério da Educação desenvolveu um programa que visa fortalecer a imagem dos alunos através de seminários especializados em recursos pedagógicos na prevenção do bullying. Também assim na Grécia, em Portugal, na Noruega e na Holanda.

No Brasil também estão sendo desenvolvidos inúmeros projetos e programas antibullying, merecendo destaque o Programa Educar para a Paz, idealizado por Cleo Fante e composto de estratégias psicopedagógicas e socioeducacionais visando a intervenção e a prevenção da violência, com enfoque direcionado ao combate à prática do bullying nas escolas (Fante 2005).

Considerando que o bullying tem maior incidência no ambiente escolar, Fante e Pedra (2008) apontam que o conhecimento do problema pela escola e capacitação dos seus profissionais constitui elemento essencial no combate ao problema, permitindo a identificação, o diagnóstico e a intervenção no problema. Também destacam a necessidade de participação de especialistas no tema, como psicólogos e assistentes sociais, bem como parcerias com Conselhos Tutelares, Delegacias da Criança e do Adolescente, Promotorias Públicas, dentre outros.

Esse apontamento levantado por Fante e Pedra visando a prevenção e combate ao bullying constitui nítida prática de políticas públicas e privadas, pois envolve a participação do Estado e de entidades privadas no enfrentamento desse fenômeno.

Com isso, percebe-se que esses estudos e programas de caráter nacional e internacional apontam que os programas antibullying estão centrados na realização de políticas públicas e privadas, de maneira que o estudo sobre a implementação dessas medidas de intervenção, através de programas de conscientização, com apoio interdisciplinar, se apresenta como instrumento eficaz para o caminho para a prevenção e combate ao bullying, preservando a dignidade da pessoa humana.

6 CONCLUSÃO

6 CONCLUSÃO

Considerando a pesquisa desenvolvida neste trabalho, identificou-se que os pacientes com fissura labiopalatina estão sujeitos a uma maior frequência da ocorrência do bullying, em relação às pessoas que não possuem essa anomalia craniofacial.

Também se identificou que a prática do bullying acarreta consequências negativas no processo de formação educacional e no desenvolvimento social das vítimas dessa conduta agressiva, pois tanto o grupo com fissura como o grupo sem fissura ofereceu resistência em ir para a escola, bem como ambos os grupos relataram baixa autoestima.

Quanto a forma de intervenção do Estado na prevenção ou repressão do bullying os grupos com fissura e sem fissura se posicionaram de forma majoritária pela adoção de políticas públicas e privadas, com programas antibullying, a fim de instruir a sociedade sobre as consequências indesejáveis provocadas pelo bullying e com isso permitir uma maior conscientização quanto a preservação da dignidade da pessoa humana, notadamente daqueles que já possuem algum tipo de anomalia como as pessoas com fissura labiopalatina.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

Albino, PL. Considerações críticas sobre o fenômeno bullying: do conceito ao combate e à prevenção. *Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense*, n. 15, p. 169-195, jul./dez.; 2009.

Al-Bitar ZB, Al-Omaru IK, Sonbol HN, Al-Ahmad HT, Cunningham SJ. Bullying among Jordanian schoolchildren, its effects on school performance, and the contribution of general physical and dentofacial features. *Am. J. Orthod. Dentofac. Orthop.* 2013;144:872-8.

Araujo, LAD; Nunes Júnior, VS. Curso de direito constitucional. 7ª ed. São Paulo: Saraiva; 2003.

Bachega MI. Indicadores psicossociais e repercussões na qualidade de vida de adolescentes com fissura labiopalatal [tese]. Bauru:Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, Universidade de São Paulo; 2002.

Bastos, CR. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva; 1998.

_____. Conselho Nacional de Justiça. (2010) [online]. [acesso em 07 de janeiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias-gerais/10051-tjsp-adere-ao-projeto-justica-na-escola>>.

_____. Conselho Nacional de Justiça. [online]. [acesso em 04 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-escolas/cartilha_bullying.pdf>.

_____. Conselho Nacional de Justiça. (2010) [online]. [acesso em 07 de janeiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias-gerais/9987-cnj-lanca-cartilha-de-combate-ao-bullying-em-brasilia>>

_____. Constituição da República Federativa do Brasil (1988) [online]. Brasília, DF: 1988. [acesso em 11 de outubro de 2011]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (1990) [online]. [acesso em 30 de janeiro de 2015]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>.

_____. Senado Federal. Projeto de lei do Senado PLS nº 236, de 09 de julho de 2012. Reforma do Código Penal Brasileiro 2012. [online]. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/08/10/juristas-serao-ouvidos-no-dia-14-sobre-o-projeto-do-novo-codigo-penal>>. Acesso em 09/04/15

Bulos, UL. Constituição Federal anotada. 4ª ed. São Paulo: Saraiva; 2002.

Calhau. LB. Bullying o que você precisa saber. Identificação, prevenção e repressão. 3ª ed. Niterói/RJ: Impetus; 2011.

Canotilho, JGG. Direito constitucional. 6ª ed. Coimbra: Almedina; 1993.

Carraza RA. Curso de Direito Constitucional Tributário. 16ª ed. São Paulo: Malheiros; 2001.

Chetpakdeechit W, Hallberg U, Hagberg C, Mohlin B. Social life aspects of young adults with cleft lip and palate: grounded theory approach. *Acta Odontol Scand*. 2009;67:122-28.

Comparato FK. A afirmação histórica dos direitos humanos. 3ª ed. São Paulo: Saraiva; 2003.

Craig W, Harel-Fisch Y, Fogel-Grinvald H, Dostaler S, Hetland J et al A cross-national profile of bullying and victimization among adolescents in 40 countries. *Int J Public Health* 2009; 54: S216-S224.

Dalosto, MM; Alencar, EMLS. Manifestações e prevalência de bullying entre alunos com altas habilidades/superdotação. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 19, n. 3, p. 363-378, jul./set.; 2013. [online]. [acesso em 30 de janeiro de 2015]. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000300005&lng=en&nrm=iso>.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Universidade de São Paulo. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. São Paulo: Comissão de Direitos Humanos, Universidade de São Paulo; [online]. [acesso em 07 de junho de 2014]. Disponível: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>

Distrito Federal. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Apelação nº 2006.03.1.00.8331-2. Relator: Des. Waldir Leôncio Lopes Júnior. [online] 2008. Disponível em: <<http://tjdf19.tjdft.jus.br/cgi->

bin/tjcg1?NXTPGM=plhtml02&MGWLPN=SERVIDOR1&submit=ok&SELECAO=1&CHAVE=2006.03.1.00.8331-2&ORIGEM=INTER>. Acesso em 09 de abril de 2015.

Espíndola RS. Conceito de Princípios Constitucionais. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2002.

Esteve, CEA; Arruda, ALMM. Bullying: quando a brincadeira fica séria, causas e consequências. Revista Eletrônica Saberes da Educação, v. 5, n. 1; 2014. [online]. [acesso em 30 de janeiro de 2015]. Disponível: <http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/publi_atual_2014.html>.

Fante, C. Fenômeno bullying – Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2ª ed. Campinas/SP: Verus; 2005.

_____. Bullying no ambiente escolar. [s.d.] [online]. [acesso em 31 de janeiro de 2015]. Disponível: <<http://inov.org.br/site/artigos/9.pdf>>.

Fante, C.; Pedra, JA. Bullying escolar: perguntas e respostas. Porto Alegre: Artmed; 2008.

Ferreira, ABH. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1986.

Fleming LC, Jacobsen K. Bullying among middle-school students in low and middle income countries. *Health Promotion Int.* 2009;25(1):73-84.

Garib DG, Silva Filho OG, Janson G; Pinto JH. Etiologia das más oclusões: perspectiva clínica. Parte III: fissuras labiopalatinas. Rev clín ortodon Dental Press. 2010; 9(3):61-73.

Gomes JBB. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Renovar; 2001.

Gomes LF. Bullying: criminalização inútil? (2012) [online]. Instituto Avante Brasil IAB. Disponível em: <<http://ht.ly/ea4Bv>>. Acesso em 07/09/15.

Graciano MIG; Tavano LD; Bachega MI. Aspectos psicossociais da reabilitação. In: Trindade IEK, Silva OG Filho, coordenadores. Fissuras labiopalatinas: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Editora Santos; 2007. p. 311-333.

Grigolli, AAG. Metodologia do trabalho científico e recursos informacionais na área da saúde. São Paulo: Santos; 2008.

Hunt O, Burden D, Hepper P, Stevenson M, Johnston C. Self-reports of psychosocial functioning among children and young adults with cleft lip and palate. *Cleft Palate Craniofac J*. 2006;43(5):598-605.

Informativo do Hospital Centrinho/USP e Funcraf - Ano 10 - nº 51 - Bauru, nov./dez. 2010.

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. MP pretende tornar bullying crime s.d. [online]. Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br/noticia/13806-MP-pretende-tornar-bullying-crime>>. Acesso em 08/04/15.

Lopes Neto, AA. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *J. Pediatr. (Rio J)*. 2005; 81(5 Supl):s164-s172.

Lopes, A. A. N.; Saavedra, L. H. Diga não para o Bullying. Rio de Janeiro: Abrapia. (2003).

Marchesi, A. O que será de nós, os maus alunos?. Porto Alegre: Artmed; 2006.

Mello, CAB. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. São Paulo: Malheiros; 1993.

_____, CAB. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros; 2001.

Menezes PL. A ação afirmativa (affirmative action) no direito americano. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2001.

Méo, RAP. A responsabilidade civil nos casos de "bullying" entre estudantes, segundo a legislação brasileira. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2602, 16 ago. 2010; [acesso em: 02 de junho de 2014]. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17198>>

Moraes, A. Direito constitucional. 16ª ed. São Paulo: Atlas; 2005.

Nansel TR, Overpeck M, Pilla RS, Ruan WJ, Simons-Morton B, Scheidt P. Bullying behaviors among US youth: prevalence and association with psychosocial adjustment. *J. Amer. Medical Assoc*. 2001;285(16):2094-2100.

Neto WP. A criminalização do bullying é realmente necessária? 2014. [online]. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/32875/a-criminalizacao-do-bullying-e-realmente-necessaria>>. Acesso em 09/04/15.

Nucci. GM. Código Penal Comentado. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2002.

Pacientes debatem bullying em escola. *Em Foco*. 2010; 10(51):24.

Pereira, BO. Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 2002.

Picazo, LD. Los principios generales del derecho em el pensamiento de F. de Castro. In: Anuário de derecho civil, tomo XXXVI, fasc. 3º, out./dez, 1983, p. 1267-1268, apud, BONAVIDES, P. Curso de direito constitucional. 10ª ed. São Paulo: Malheiros; 2000.

Piovesan, F. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. 6ª ed. São Paulo: Max Limonad; 2004.

Prado, LR. Elementos de Direito Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2005.

Prudente N. Bullying e sua tipificação no projeto de novo código penal (pl 236/2012). [online] 2014. Disponível em: <<http://neemiasprudente.jusbrasil.com.br/artigos/121942838/bullying-e-sua-tipificacao-no-projeto-de-novo-codigo-penal-pl-236-2012>>. Acesso em 20/04/15).

Prudente N. Principais mudanças e polêmicas: projeto de novo código penal (pls 236/2012) 2014. [online]. Disponível em: <<http://neemiasprudente.jusbrasil.com.br/artigos/121942830/principais-mudancas-e-polemicas-projeto-de-novo-codigo-penal-pls-236-2012>>. Acesso em 09/04/15.

Rio de Janeiro. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Apelação nº 0003372-37.2005.8.19.0208. Relator: Des. Ademir Paulo Pimentel. [online] 2011. Disponível em: <<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0003EB0C3CBDEA6AEFBD396DBB8AA065646203C4025C4762>>. Acesso em: 09 de abril de 2015.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Lei nº 13.474, de 28 de junho de 2010. [online]. Rio Grande do Sul, RS: 2010. [acesso em 26 de junho de 2014]. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=54438&hTexto=&Hid_IDNorma=54438>

Santa Catarina. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Lei nº 14.651, de 12 de janeiro de 2009. [online]. Santa Catarina, SC: 2009. [acesso em 26 de junho de 2014]. Disponível em: <<http://200.192.66.20/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>>

São Paulo. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação com Revisão nº 0031999-06.2011.8.26.0577. Relator: Des. Marcos Ramos. [online] 2015. Disponível em:

[http://esaj.tjsp.jus.br/cpo/sg/search.do;jsessionid=11CD1B8C275FE12B6CF36DDEB32DAD47.cpo2?conversationId=&paginaConsulta=1&localPesquisa.cdLocal=-1&cbPesquisa=NUMPROC&tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigitoAnoUnificado=0031999-](http://esaj.tjsp.jus.br/cpo/sg/search.do;jsessionid=11CD1B8C275FE12B6CF36DDEB32DAD47.cpo2?conversationId=&paginaConsulta=1&localPesquisa.cdLocal=-1&cbPesquisa=NUMPROC&tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigitoAnoUnificado=0031999-06.2011&foroNumeroUnificado=0577&dePesquisaNuUnificado=0031999-06.2011.8.26.0577&dePesquisaNuAntigo=)

[06.2011&foroNumeroUnificado=0577&dePesquisaNuUnificado=0031999-06.2011.8.26.0577&dePesquisaNuAntigo=](http://esaj.tjsp.jus.br/cpo/sg/search.do;jsessionid=11CD1B8C275FE12B6CF36DDEB32DAD47.cpo2?conversationId=&paginaConsulta=1&localPesquisa.cdLocal=-1&cbPesquisa=NUMPROC&tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigitoAnoUnificado=0031999-06.2011&foroNumeroUnificado=0577&dePesquisaNuUnificado=0031999-06.2011.8.26.0577&dePesquisaNuAntigo=). Acesso em 09 de abril de 2015.

São Paulo. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0011934-14.2005.8.26.0152. Relator: Des. Rômulo Russo. [online] 2015. Disponível em: <http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/TJ-SP/attachments/TJ-SP_APL_00119341420058260152_601f9.pdf?Signature=FVm0V1H%2BufqKZwWSMew4Z9U%2BIF4%3D&Expires=1429627617&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=135f89118ea42ad7e86ba9b68424e0a6>. Acesso em 09 de abril de 2015.

Sarlet, IW. Dignidade da pessoa humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. 6ª edição. Porto Alegre : Editora Livraria do Advogado; 2008.

Sarmento, D. A ponderação de interesses na Constituição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris; 2000.

Seixas, S. R. Violência escolar: Metodologias de identificação dos alunos agressores e/ou vítimas. *Análise Psicológica*, 2 (23), 97-110; 2005.

Sharif MO, Callery O, Tierney S. The perspective of children and young people leaving with cleft lip and palate: a review of quantitative literature. *Cleft Palate Craniofac J*. 2013;50(3):297-304.

Silva Filho OG, Freitas JAS. Caracterização morfológica e origem embriológica. In: Trindade IEK, Silva Filho OG, coordenadores. Fissuras labiopalatinas: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Editora Santos; 2007.

Silva, ABB. Bullying: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Fontanar; 2010.

Silva, DP. Vocabulário jurídico. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense; 1999.

Sundfeld, CA. Fundamentos de direito público. Malheiros, 1992, p. 137, apud Araujo, LAD e Nunes Junior, VS. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva; 2001.

Tavares, AR. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva; 2002.

Tiemens K, Nicholas D, Forrest CR. Living with difference: experiences of adolescent girls with cleft lip and palate. *Cleft Palate Craniofac J.* 2013;50(2):e27-e34.

Trindade I.K., Silva Filho O.G. (2007). Fissuras labiopalatinas: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo, Ed Santos.

Uadi, LB. Constituição Federal Anotada. São Paulo: Saraiva; 2000.

World Health Organization. Global strategics to reduce the health-care burden of craniofacial anomalies. Genebra: WHO; 2002.

ANEXOS

ANEXO 1 - Ofício de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa

Ofício nº 218/2012-SVAPEPE-CEP

Bauru, 28 de junho de 2012.

Prezado Senhor

O projeto de pesquisa intitulado **"Bullying em pacientes com fissura labiopalatina: avaliação da ocorrência, consequências e aspectos legais relacionados"**, de autoria de V.Sa., foi aprovado pelo CEP em 29 de novembro de 2011. Na reunião realizada em 26 de junho de 2012, as alterações solicitadas, foram **aprovadas**.

Informamos que após o recebimento do trabalho concluído, este Comitê enviará um parecer final que poderá ser utilizado para publicação do trabalho.

Atenciosamente,

PROFA. DRA. MARCIA RIBEIRO GOMIDE

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do HRAC-USP

Ilmo. Sr.

ALEXANDRE LUIZ FANTIN CARREIRA

A/C

Dr. José Roberto Pereira Lauris

Saúde Coletiva - FOB/USP

Rua Silvio Marchione, 3-20 Bauru SP Brasil
Caixa Postal 1501 CEP 17.012-900
Tel. 55 14 3235 8421
E-mail: cep@centrinho.usp.br

ANEXO 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pelo presente instrumento, que atende às exigências legais, o Sr. (a) _____, portador da cédula de identidade _____, responsável pelo paciente _____, após leitura minuciosa deste documento, devidamente explicado pelos profissionais em seus mínimos detalhes, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** concordando em participar da pesquisa: **BULLYING EM PACIENTES COM FISSURA LABIOPALATINA: AVALIAÇÃO DA OCORRÊNCIA, CONSEQUÊNCIAS E ASPECTOS LEGAIS RELACIONADOS**, realizada por: Alexandre Luiz Fantin Carreira, nº do Conselho: OAB/SP nº 125.320, sob orientação do Dr. José Roberto Pereira Lauris, nº do Conselho: CREA nº 93.436, que tem como objetivo investigar a frequência da ocorrência do *bullying* em pacientes com fissura labiopalatina e comparar com a frequência dessa agressão em um grupo de pessoas sem anomalias craniofaciais. Adicionalmente, este estudo visa avaliar as consequências do *bullying* no processo de formação educacional e desenvolvimento social, a fim de se verificar a intensidade desse gravame nas pessoas com fissura, bem como as políticas públicas de prevenção e/ou de repressão levadas a efeito pelo Estado no combate à prática dessa conduta discriminatória. A pesquisa será realizada por meio de um questionário com perguntas relacionadas à prática do *bullying* e suas consequências, que será aplicado ao final das consultas de rotina no HRAC/USP. O benefício almejado com essa pesquisa consiste em promover um levantamento quanto às políticas públicas que podem ser levadas a efeito pelo Estado para prevenir ou reprimir a prática desse comportamento discriminatório e ofensivo à dignidade da pessoa humana. Os riscos decorrentes do não atingimento desse objetivo estão relacionados à própria continuidade dessa prática discriminatória, pois a intervenção estatal se faz necessária ante a ocorrência da violação de direitos das pessoas.

"Caso o sujeito da pesquisa queira apresentar reclamações em relação a sua participação na pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, do HRAC-USP, pelo endereço Rua Silvio Marchione, 3-20 no Serviço de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão ou pelo telefone (14) 3235-8421".

Fica claro que o sujeito da pesquisa ou seu representante legal, pode a qualquer momento retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar desta pesquisa e ciente de que todas as informações prestadas tornar-se-ão confidenciais e guardadas por força de sigilo profissional.

Por estarem de acordo assinam o presente termo.

Bauru-SP, ____ de _____ de _____.

Sujeito da Pesquisa ou Responsável***Pesquisador Responsável***

Nome do Pesquisador Responsável: Alexandre Luiz Fantin Carreira

Endereço Institucional: Rua Silvio Marchione, 3-20

Cidade: Bauru. Estado: São Paulo. CEP: 17012-900

Telefone: (14) 8114-4358. E-mail: alexandrecarreira@usp.br

ANEXO 3 – Questionário aplicado aos pais ou responsáveis dos pacientes em tratamento no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais - USP

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

NÚMERO: _____

DATA __/__/____

MUNICÍPIO/UF _____

RESPONSÁVEL:

() MÃE () PAI () OUTRO _____

FILHO FISSURADO:

() MASCULINO () FEMININO IDADE: _____

TIPO DE FISSURA: _____

FILHO NÃO FISSURADO:

() MASCULINO () FEMININO IDADE: _____

**ANTES DE RESPONDER AS PERGUNTAS, LEIA ATENTAMENTE OS
SEGUINTEES ESCLARECIMENTOS**

- Este questionário contém perguntas sobre ***“bullying”***.
- A palavra ***“bullying”*** significa a ocorrência de ***qualquer tipo de ofensa física ou verbal***.
- As ***ofensas físicas*** geralmente se verificam por meio de ***empurrões*** ou ***agressões que provocam algum tipo de lesão***.
- As ***ofensas verbais*** normalmente ocorrem por meio de ***xingamentos, ameaças, intimidações, apelidos maldosos, expressões ou gestos que provocam mal estar***.
- A pessoa que é ***vítima do “bullying”*** pode apresentar sintomas como ***isolamento, depressão, baixa autoestima, comportamento antissocial e abandono dos estudos***.
- ***Para evitar que nossos filhos sejam vítimas dessas agressões físicas ou verbais, todos aqueles que puderem, devem contribuir de alguma forma para combater a ocorrência do “bullying”.***

PARTE I
FILHO COM FISSURA LABIO PALATINA

01. O seu filho já foi vítima de “bullying”?

Sim () Não ()

02. Em caso positivo, qual foi o tipo de “bullying”?

Ofensa física () Ofensa verbal () Ofensa física e verbal ()

03. Você poderia descrever a forma como ocorreu o “bullying”? _____

04. Em que local ocorreu o “bullying”? _____

05. O “bullying” ocorreu mais de uma vez?

Sim () Não ()

06. O “bullying” causou alguma consequência indesejável para o seu filho?

Sim () Não ()

07. Quais foram as consequências provocadas pelo “bullying”?

Baixa auto estima () Isolamento social ()
Abandono dos estudos () Mudança de Escola ()
Tristeza e depressão () Resistência a ir para a escola ()
Outras () Quais?

08. Você procurou alguém para resolver essa situação?

Diretor da escola () Professor da escola ()
Inspetor de alunos () Psicóloga ()
Assistência Social () Polícia ()
Justiça () Promotor de Justiça ()
Outros () Quais?

09. Essa pessoa ou órgão lhe prestou algum auxílio?

Sim () Não ()

Em caso positivo, qual auxílio?

10. Na sua opinião, o Estado deve intervir prevenindo ou reprimindo a prática do bullying?

Sim () Não ()

11. De que forma você gostaria que o Estado interviesse prevenindo ou reprimindo a prática do bullying?

PARTE II
FILHO SEM FISSURA LABIO PALATINA

01. O seu filho já foi vítima de “bullying”?

Sim ()

Não ()

02. Em caso positivo, qual foi o tipo de “bullying”?

Ofensa física ()

Ofensa verbal ()

Ofensa física e verbal ()

03. Você poderia descrever a forma como ocorreu o “bullying”? _____

04. Em que local ocorreu o “bullying”? _____

05. O “bullying” ocorreu mais de uma vez?

Sim ()

Não ()

06. O “bullying” causou alguma consequência indesejável para o seu filho?

Sim ()

Não ()

07. Quais foram as consequências provocadas pelo “bullying”?

Baixa auto estima ()

Isolamento social ()

Abandono dos estudos ()

Mudança de Escola ()

Tristeza e depressão ()

Resistência a ir para a escola ()

Outras () Quais?

08. Você procurou alguém para resolver essa situação?

Diretor da escola ()

Professor da escola ()

Inspetor de alunos ()

Psicóloga ()

Assistência Social ()

Polícia ()

Justiça ()

Promotor de Justiça ()

Outros () Quais?

09. Essa pessoa ou órgão lhe prestou algum auxílio?

Sim ()

Não ()

Em caso positivo, qual auxílio?

10. Na sua opinião, o Estado deve intervir prevenindo ou reprimindo a prática do bullying?

Sim ()

Não ()

11. De que forma você gostaria que o Estado interviesse prevenindo ou reprimindo a prática do bullying?